



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

Helena Patini Lancellotti

**DO POVO DA RUA À POPULAÇÃO CARCERÁRIA:**  
**MULHERES, RUA E PRISÃO.**

Brasília

2013

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

Helena Patini Lancellotti

**DO POVO DA RUA À POPULAÇÃO CARCERÁRIA:**  
**MULHERES, RUA E PRISÃO.**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia Social pelo departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof. Dra. Debora Diniz

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Debora Diniz - Orientadora  
Departamento de Serviço Social  
Universidade de Brasília

---

Profa. Dra. Cristina Patriota de Moura  
Departamento de Antropologia  
Universidade de Brasília

Brasília

2013

*Às mulheres custodiadas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF). E às pessoas que ainda acreditam em mudanças.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha orientadora, a Professora Debora Diniz, por toda a dedicação e confiança. E por acreditar que é possível realizar trabalhos que podem modificar realidades.

Agradeço à Professora Cristina Patriota de Moura, por ter aceitado o convite de compor esta banca. Às Professoras Andréa Lobo e Soraya Fleischer, pela oportunidade de ter trabalhado com vocês e por todo o conhecimento compartilhado. À Professora Patrice Schuch, por ter ministrado uma das matérias que fizem com que eu me encontrasse dentro da Antropologia.

À Juliana Paiva, Sinara Gumieri, Júlia Freire, Rayane Noronha, Luana Dallposso, Isabela Cardoso – as integrantes da pesquisa do Presídio Feminino –, pela companhia nas idas a campo e pelo conhecimento e afetos compartilhados.

Ao apoio de toda a equipe da Anis, em especial Fabiana Paranhos, Sandra Costa, Mayara Araújo, Miryam Mastrella e João Neves. À equipe do censo, principalmente aos que ficaram mais próximos – Wederson Santos, Júlia Albuquerque, Renata Brito e Bárbara Souza –, por todas as vivências e aprendizados no ano de 2011 e nos que se seguiram.

À minha mãe, por, mesmo longe fisicamente, estar sempre perto e por confiar na minha capacidade. Ao meu pai, por todo o carinho e por sempre estar presente quando precisei. À minha irmã, por sempre me ler. À minha tia, por todo o cuidado. Ao meu tio, pela estadia em Brasília.

À Brenda de Abreu, Stefany Cruz e Natália Marques pelo auxílio na revisão final do texto.

Às pessoas amigas e queridas que contribuíram com leituras e sugestões para esta monografia. Às que permaneceram perante tantas ausências da minha parte nesta etapa de finalização do curso. Aquelas que estiveram desde sempre. E também às que se foram por algum movimento da vida, mas que me marcaram de alguma forma.

E principalmente às seis mulheres que me narraram suas histórias. Agradeço a confiança e o aprendizado.

*Somos muitas Severinas<sup>1</sup>  
iguais em tudo na vida:  
na mesma cabeça grande  
que a custo é que se equilibra,  
no mesmo ventre crescido  
sobre as mesmas pernas finas  
e iguais também porque o sangue,  
que usamos tem pouca tinta.*

*E se somos Severinas  
iguais em tudo na vida,  
morremos de morte igual,  
mesma morte severina:  
que é a morte de que se morre  
de velhice antes dos trinta,  
de emboscada antes dos vinte  
de fome um pouco por dia .*

*(João Cabral de Melo Neto)*

---

<sup>1</sup> No texto original, o autor utiliza o nome Severino. Para esta monografia, por se tratar de mulheres, utilizei o feminino desse nome próprio.

## **RESUMO**

O intuito desta pesquisa foi o de demonstrar, por meio das narrativas de mulheres com trajetórias de rua que estão em regime de privação de liberdade, que algumas existências são invisíveis para o Estado. Para uma vida ser reconhecida, ela precisa estar dentro dos mecanismos de controle que o Estado utiliza para a gestão do corpo social. Em 2012, estavam custodiadas, na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), 47 mulheres com vivências nas ruas. Dentro deste grupo, optei por entrevistar as que viveram nas ruas por um período superior a doze meses e que não recebiam visitas na prisão. Após este primeiro recorte, organizei-as em dois subgrupos, o das migrantes e o das que não possuíam documentação civil. As entrevistadas tiveram suas trajetórias nas ruas marcadas por vulnerabilidades e rupturas com um mundo anterior ao do espaço público. As vidas destas mulheres com trajetórias de rua são reconhecidas pelo Estado a partir do momento em que passam a fazer parte da população carcerária. É a partir do momento em que podem ser contadas e reguladas pelos mecanismos de poder que suas existências são reconhecidas e consequentemente conseguem acesso a serviços básicos de subsistência.

**Palavras-chave:** Mulheres presas; Mulheres com Trajetórias de Rua; Povo da rua; Presídio Feminino; População em Situação de Rua; Pessoas em Situação de Rua.

## **LISTA DE SIGLAS**

ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PFDF – Penitenciária Feminina do Distrito Federal

## Sumário

Introdução .....	9
Capítulo 1. Definindo Conceitos .....	11
1.1 O povo da rua.....	15
1.2 A estrutura do cárcere .....	17
1.3 As mulheres presas no Brasil.....	18
Capítulo 2. Metodologia.....	21
2.1 Mulheres migrantes e sem documentos .....	22
2.2 Instrumentos de pesquisa .....	23
2.3 Cuidados éticos .....	25
2.4 O trabalho de campo no Presídio Feminino do Distrito Federal .....	26
2.5 As entrevistas.....	30
Capítulo 3. Perfil das Mulheres .....	32
3.1 Perfil das mulheres presas no Distrito Federal .....	32
3.2 As mulheres com trajetórias de rua.....	33
3.3 As rupturas.....	34
3.4 As migrantes .....	35
3.5 Documentos .....	37
Capítulo 4. Vivências nas ruas .....	40
4.1 A rotina nas ruas .....	40
4.2 As drogas .....	41
4.3 Violência.....	42
Capítulo 5. A Experiência do Cárcere .....	44
5.1 A entrada na instituição .....	44
5.2 Clínica de reabilitação .....	45
5.3 Visitas .....	47
Considerações Finais .....	50
Referências Bibliográficas.....	52
Anexos.....	55



## **Introdução**

O intuito deste estudo foi de demonstrar, por meio de narrativas de mulheres com trajetórias de rua que estão em regime de privação de liberdade, que algumas existências não são visíveis para o Estado. O modo de gestão do Estado está baseado na biopolítica (FOUCAULT: 2002), onde o interesse está na manutenção do corpo social da sociedade e não apenas no corpo individual. Um dos seus objetivos é o de gerir através das taxas populacionais que dizem respeito à vida humana, como natalidade, mortalidade, longevidade e demais indicadores. As pessoas que estão fora dessas taxas não são contadas, o que torna suas existências invisíveis frente aos mecanismos de poder que atuam sobre números.

As mulheres, quando viviam nas ruas, não eram contadas pelos grandes censos do país, como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que tem como base de coleta de dados o domicílio. Cinco das seis mulheres que entrevistei não possuíam nenhum tipo de documentação civil quando viviam nas ruas. Não possuir documentação em uma cultura como a brasileira, em que os registros possuem um forte valor simbólico no reconhecimento dos indivíduos, é ter a sua identidade contestada e até mesmo negada em alguns contextos (PEIRANO: 2006).

Elas também não fazem parte do objeto de controle do Estado, a população, mas sim do que denomino como o “povo da rua”. Fazem parte do povo da rua, os seres que não são captados pelos mecanismos de poder, os que escapam das estatísticas e demais taxas que as políticas utilizam para a gestão. Ser povo da rua é ser invisível para o Estado. Não ser percebido é estar à margem também de serviços básicos, como assistência, direito a moradia, alimentação e segurança. As mulheres que entrevistei se tornam visíveis para o Estado quando são presas. É no presídio que passam a ter acesso a serviços de subsistência que antes não possuíam nas ruas. O povo da rua se torna população quando é encarcerado.

Partindo de uma perspectiva feminista e de ideais baseados nos direitos humanos, meu intuito é contar as narrativas de mulheres que antes eram incontáveis. Pretendo tecer a minha contribuição sobre a realidade destas mulheres dentro da Antropologia, um campo que ainda pouco se debruça sobre as temáticas de pessoas com

trajetórias de rua e prisão. Contar suas narrativas foi uma tentativa de perceber as suas próprias existências, pois “ser contado é uma forma de existir” (DINIZ, 2012, p. 13).

Esta monografia está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo contém uma reflexão sobre as duas temáticas que perpassam este estudo: as trajetórias de rua e a prisão. Na seção destinada às pessoas que vivem nas ruas, realizo uma discussão sobre a minha opção em não utilizar o termo “população em situação de rua” e sim o conceito de “povo da rua” para me referir as pessoas com trajetórias no espaço público. Na parte sobre presídio, discuto a estrutura do cárcere e também traço um panorama sobre o perfil das mulheres custodiadas nos presídios femininos do Brasil.

O segundo capítulo é o da metodologia. Realizo uma discussão sobre como cheguei ao grupo das seis mulheres que entrevistei e sobre os instrumentos de pesquisa utilizados. Também discorro sobre a ética no trabalho de campo na Antropologia e sobre as dificuldades e desafios em realizar pesquisas em instituições como presídios.

No terceiro capítulo, realizo uma apresentação das histórias das mulheres com trajetórias de rua e que atualmente estão em regime de privação de liberdade. Na quarta parte desse estudo, discorro sobre o cotidiano das mulheres no espaço público, como a rotina nas ruas, o uso de drogas e as violências que sofreram. O quinto capítulo traz uma reflexão sobre as vivências das entrevistadas na prisão e sobre as percepções que as mulheres têm sobre este espaço.

## Capítulo 1. Definindo Conceitos

Realizar estudos sobre pessoas que têm trajetórias de vida nas ruas é um grande desafio para as ciências humanas e sociais, e também para organismos que propõem políticas públicas. As dificuldades se referem principalmente à ausência de um conceito que consiga englobar todos os indivíduos que vivem no espaço público e o desafio em se estabelecer metodologias, para se estudarem pessoas que não possuem uma residência fixa. A complexidade de definir um conceito é devido a esses indivíduos serem um grupo heterogêneo, ou seja, apesar de terem em comum o fato de viverem nas ruas, existem diversas especificidades entre as vivências:

Na rua pode-se encontrar pessoas de várias origens sociais, com diferentes trajetórias, com diferentes períodos na rua, com diferentes doenças e deficiências distintas, grupos familiares, pessoas sozinhas, grupos de amigos, moradores e frequentadores de programas sociais, etc..o que por um lado não impede a organização de grupos de análise, mas por outro, dificulta em grande medida, as políticas públicas a partir de generalização acerca desta população. (FERREIRA & MACHADO, 2007, p. 111)

As representações que existem sobre pessoas que moram nas ruas também são diversas. Elas podem ser vistas como pessoas que não querem ter um trabalho, com algum sofrimento mental, como sujas, dignas de pena e até mesmo como perigosas (MATTOS & FERREIRA, 2004). A maneira estereotipada como essas pessoas são percebidas dificulta um maior conhecimento sobre quem são esses sujeitos com trajetórias no espaço público.

O conceito de “população em situação de rua” é o termo utilizado, no Brasil, pelas instituições que promovem políticas públicas como forma de categorizar as experiências singulares dos indivíduos que tem suas vivências nas ruas. A população em situação de rua, de acordo com o decreto n.º 7053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua, é:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL: 2009)

O termo “população em situação” de rua surgiu como uma forma de substituir conceitos com uma forte carga de estigma, como “mendigo”, “morador de rua”,

“sofredor da rua” e demais categorias que tentavam abarcar a totalidade das experiências de pessoas com vivências no espaço público. Essa é uma tentativa de adequar essas pessoas com experiências diversas dentro de uma normalidade e também uma forma de gestão deste grupo, como cita Patrice Schuch e Evaldo Gehlen:

Esse conceito chama a atenção para o fato de que, mais importante do que buscar uma essência definidora de determinados atributos comuns às pessoas assim classificadas, é importante associar a construção dessa “população” a um conjunto de atributos definidores da noção de normalidade, assim como à criação de formas de gestão pública das pessoas colocadas nesta situação social. (GEHLEN & SCHUCH, 2012, p.13)

Classificar as pessoas com vivências nas ruas como pertencentes a uma população é uma forma de exercer um controle sobre suas vidas. Pertencer a uma população é fazer parte de um corpo social que é alvo de intervenção de um Estado, o qual utiliza as taxas demográficas como uma das maneiras de gerir os indivíduos (FOUCAULT, 2002). A tentativa de enquadrar indivíduos com trajetórias de rua em uma população não é apenas uma forma de controle sobre seus corpos, mas uma forma de se pensar políticas públicas para esse grupo. É também uma maneira de criar uma categoria, para se realizar a contagem dos indivíduos que têm suas vivências marcadas por um deslocamento nômade, seja devido à expulsão dos territórios em que estavam instalados ou à busca de recursos para a sobrevivência (FRANGELLA, 2004).

Por não possuírem um domicílio fixo, não são contados pelas estatísticas do IBGE, um dos mecanismos utilizados pelo Estado brasileiro para a realização de um perfil da população. A primeira e única experiência de contagem desse grupo, em nível nacional, foi a Pesquisa Nacional sobre População de Rua (2008), realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). O censo foi realizado em 71 cidades do país e apenas recenseou pessoas com idade superior a 18 anos. Não foram incluídas na pesquisa as capitais de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, pois elas estavam realizando o censo em nível municipal.

A iniciativa foi importante para conhecer o perfil das pessoas que viviam nas ruas, porém não abarcou o total de indivíduos nessa situação. Essas pessoas ainda são um grupo incontável frente aos mecanismos que o Estado utiliza como gestão, tal qual cita Sarah Escorel:

Essas pessoas não são recenseadas pelo IBGE, não entram nas estatísticas e tampouco são levadas em consideração no planejamento de programas sociais. O número não é fixo, pois a população de rua flutua ao longo do ano, durante os períodos do dia e durante os dias da semana (SCOREL, 2000, p. 155)

Existem iniciativas estaduais de contagem dessas pessoas, mas não existe um consenso sobre as metodologias utilizadas. Não ter um padrão para estes estudos traz impossibilidades no que diz respeito à comparação dos resultados encontrados nas pesquisas locais, assim como uma dificuldade em realizar uma soma total das pessoas com trajetórias nas ruas.

O termo “situação de rua” também denota uma forma específica de vivência: a de que o território das ruas é um local de transição e não fixo, como a categoria de morador de rua sugere. A rua, na sociedade contemporânea, não é um espaço para se fixar e para se criarem vínculos, mas sim para se utilizar apenas como passagem. Os indivíduos que ali estiverem devem ser retirados do local, para assim se preservar o patrimônio das cidades: “A justificativa parece ser sempre o mau cheiro dos mendigos, o incômodo visual de sua presença ou a ameaça de maculação dos pontos turísticos e a destruição do patrimônio histórico” (FRANGELLA, 2005, p. 202).

O rótulo de “situação de rua” é também uma culpabilização do indivíduo que vive no espaço público, como se fosse uma opção e não uma série de rupturas em sua vida que o levou a viver nesse local. Como se fosse possível deixar de ter vivências nas ruas quando a pessoa de fato desejasse, sem se pensar nas condições históricas e culturais que se escondem atrás deste argumento, como cita Camila Giorgetti (2006) sobre a opção de usar a categoria “morador de rua” ao invés de “pessoas em situação de rua” na sua pesquisa comparativa sobre o grupo em Paris e no Brasil:

Ao meu ver não há pesquisas suficientes nas duas cidades que comprovem que as situações nas quais se encontram os moradores de rua são reversíveis. Não estamos aqui discutindo o potencial transformador dessas pessoas, pois acreditamos que tal característica é inerente à condição humanada. Estamos nos referindo às chances reais de sair da rua. Nesse sentido, as pessoas que estão realmente em ‘situação de rua’ são poucas, constituindo talvez uma exceção. (GIORGETTI, 2006, p. 20)

As minhas ideias são semelhantes às de Camila Giorgetti (2006) no que diz respeito ao uso deste termo, pois sair da rua e ter uma residência não é algo acessível para as pessoas que ali têm suas trajetórias. Viver no espaço público é estar exposto a

diversas situações de vulnerabilidade, como a falta de alimentação, de moradia e de segurança. As pessoas com trajetórias de ruas já tiveram diversas quebras em suas vidas e não possuem meios suficientes para a saída deste local. Quanto maior o tempo na rua, maiores as rupturas, maior o distanciamento com as relações anteriores a vivência neste local e menores as chances de conseguir viver em um outro ambiente que não o espaço público.

Aliado a essas quebras, soma-se o alto número de pessoas com trajetórias de ruas que não possuem documentos de identidade, o que dificulta o acesso a serviços básicos: “24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação, o que dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programa governamentais e o exercício da cidadania” (BRASIL, 2008, 12). Não possuir meios de ser contado e visibilizado pelo Estado é também estar à margem de grande parte das políticas públicas.

A minha opção, neste estudo, por se tratar narrativas de mulheres com trajetórias nas ruas por um período superior a 10 anos, será a de não utilizar o termo “pessoa em situação de rua”, pois as vivências das participantes da pesquisa neste espaço não foram situacionais. Elas viveram nas ruas por um longo período de suas biografias, o que demonstra não ter sido algo transitório, mas sim um espaço de vivência permanente.

O termo “população” também não será utilizado, pois não se trata de um grupo que consegue ser contado e controlado pelos mecanismos que o Estado tem para gerir as taxas populacionais, como os censos nacionais. As participantes do estudo também não possuíam documentos de identidade, quando viviam nas ruas, o que as torna ainda mais invisíveis frente a mecanismos estatais que governam através de registros.

A minha opção será de utilizar o termo “mulher com trajetórias e vivências de rua”, o que vai de acordo com a própria definição do Movimento Nacional da População de Rua:

O Movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres se organizam e se mobilizam para conquistar e fazer valer as políticas públicas de direito

à moradia, assistência social, acesso à saúde, trabalho, educação e direitos humanos<sup>2</sup>.

A definição empregada pelo movimento possibilita entender a rua de uma maneira mais ampla. A rua como um espaço formado pelos indivíduos que estão ali apenas de passagem e por aqueles que fazem da rua um espaço definitivo de vivência. As pessoas que ali têm suas trajetórias também estão na luta por direitos e condições dignas de vida.

### **1.1 O povo da rua**

As mulheres entrevistadas não possuem documentos e não fazem parte das estatísticas que permitem traçar um perfil e um contagem das pessoas que vivem em determinado território. Possuir um documento na sociedade contemporânea urbana, é ter uma existência perante um Estado que tem o seu modo de governar embasado em estatísticas, um modo de gerir baseado no que Michel Foucault chama de biopolítica. Não ser contado é não ser reconhecido como uma vida por essa nova estratégia de controle, que gere com base em números e taxas.

Para entender o conceito de biopolítica, é necessário compreender que houve uma modificação em relação ao direito do soberano sobre a vida e a morte dos seus súditos. Antes do século XIX, o soberano tinha o poder de “fazer” morrer e “deixar” viver, ou seja, ele detinha o poder sobre a vida das pessoas: “é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida” (FOUCAULT, 2002, p. 287). A partir do século XIX, ocorre uma transformação deste direito, o soberano passa, então, a ter o poder de “fazer” viver e “deixar” morrer, e, para isso, vai contar com técnicas e mecanismos de poder para a preservação da vida.

A biopolítica é uma tecnologia de poder que não tem mais apenas como foco o controle de corpos individuais, mas sim do indivíduo como espécie humana, os indivíduos como um todo. Essa nova tecnologia do poder tem o intuito de conhecer: “...um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc” (FOUCAULT, 2002, p. 290). A biopolítica, utiliza os mecanismos disciplinares, como a vigilância e a punição, assim

---

<sup>2</sup> In <http://popruavitoria.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>.  
Consulta em julho de 2013.

como as estatísticas sobre taxas de mortalidade, longevidade e nascimento para exercer o controle do novo corpo social que se forma, a população.

É a população, esse corpo social numerável e múltiplo (FOUCAULT: 2002) que é o novo objeto de intervenção do poder. Cabe aos mecanismos de poder realizar sobre este alvo:

(...) Previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global (FOUCAULT, 2002, p. 293).

Estar fora das estatísticas que o Estado utiliza para governar é não fazer parte de uma população e também estar à margem das políticas que o governo utiliza, para aumentar a expectativa da vida humana e controlar as taxas e os indivíduos. As pessoas que não são contadas, como as mulheres da presente pesquisa, que não possuem documentos ou não estão presentes nos censos, objetos estes que servem para identificar e contar os humanos, fazem parte do povo.

O conceito de povo foi utilizado brevemente por Michel Foucault em seu livro “Segurança, Território, População” para definir a massa que não compartilhava dos mesmos atributos do restante da população. O povo é quem estava fora dos mecanismos de controle do Estado, quem estava à margem da biopolítica: “Aqui também, nesse desenho que começa a esboçar a noção de população, vemos estabelecer-se uma divisória na qual o povo aparece como sendo, de maneira geral, aquele que resiste à regulação da população, que tenta escapar desse dispositivo pelo qual a população existe, se mantém, subsiste e subsiste num nível ótimo”. (FOUCAULT, 2008, p. 58).

Na Pesquisa Nacional sobre População de Rua (2008) não existe um recorte de gênero, não se sabe ao certo quem são essas mulheres com vivências nos espaços públicos, o que fazem para sobreviver, as violências pelas quais passam. Não se sabe ao certo o número de mulheres que sobrevivem nesta situação, sabe-se apenas que são minoria, quando comparadas aos homens com trajetórias no espaço público. Não ser contável é estar à margem de políticas que visam o bem-estar da população e que têm o intuito de promover o prolongamento da vida, pois “o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências (...)” (FOUCAULT, 2002, p.295)



## 1.2 A estrutura do cárcere

Nesta seção realizo uma discussão sobre a estrutura dos presídios, no que diz respeito aos mecanismos de poder presentes neste espaço. Considero neste estudo a prisão como uma instituição totalitária:

(...) um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1974, p. 11).

O presídio assim como outras instituições totalitárias, possui regras e formas próprias de vigiar e punir as pessoas. A mulher, a partir do momento em que é presa, lida com uma nova rotina de horários e limites em relação ao acesso às informações do mundo externo. Não apenas o seu cotidiano será modificado, mas também a representação que se tem sobre si e sobre as outras pessoas. Um processo de construção de uma nova carreira moral (GOFFMAN: 1974) é instaurado sobre a sua subjetividade, na tentativa de modificar o seu comportamento anterior e adequá-la às normas do espaço.

A prisão, na sociedade contemporânea, não apenas separa o indivíduo que cometeu uma infração do restante da sociedade, mas também atua na transformação do corpo agressor em um corpo dócil e útil para a sociedade. O presídio é apenas mais um espaço na sociedade contemporânea que tem, como forma de gestão, o regime disciplinar para o controle do corpo social. (FOUCAULT: 2004).

O poder disciplinar não age explicitamente sobre o indivíduo e seu corpo, mas sim de uma forma sutil e descentralizada. As escolas, os hospitais, os quartéis e demais instituições também serão responsáveis por exercer essa técnica, que tem como intuito potencializar a capacidade humana. O corpo passa a ser visto como uma máquina que pode ser observada, regulada, adestrada e detalhada, para ser usada a favor da crescente produção da sociedade capitalista (FOUCAULT: 2004). A disciplina produz seres fortes e também obedientes, como cita Michel Foucault:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticas de obediência). Em uma palavra, ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma 'aptidão', uma 'capacidade' que ela procura

aumentar; e inverte por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. (FOUCAULT, 2004, p. 118).

O presídio é um dos espaços da sociedade contemporânea que é destinado aos que romperam com o pacto social. A prisão é o espaço onde vão ocorrer as punições e também a vigilância, a domesticação e a correção dos corpos. O cárcere atua e potencializa os mecanismos disciplinares que já agem na sociedade contemporânea:

Na prisão, o governo pode dispor da liberdade da pessoa e do tempo do detento; a partir daí concebe-se a potência da educação, que não em um só dia, mas na sucessão dos dias e mesmo dos anos pode regular para o homem o tempo da vigília e do sono, da atividade e do repouso, o número e a duração das refeições, a qualidade e a ração dos alimentos, a natureza e o produto do trabalho, o tempo da oração, o uso da palavra, e por assim dizer, até o pensamento (...); aquela educação que se apodera do homem inteiro, de todas as faculdades físicas e morais que estão nele e do tempo em que ele mesmo está (FOUCAULT, 2004, p. 198).

A mulher que foi presa, ao se tornar parte da população carcerária, terá o seu corpo vigiado, assim como adestrado para ser útil para a sociedade. A sua movimentação também será controlada e vigiada, para que não se percam seus movimentos e para que se possam corrigir as práticas que não sejam benéficas para o corpo social.

### **1.3 As mulheres presas no Brasil**

O sistema carcerário no Brasil ainda enfrenta diversos desafios em relação a sua estrutura e a garantia aos direitos humanos das pessoas presas. As estatísticas que dizem respeito ao cárcere no país ainda apontam que persistem os problemas relativos a:

Superpopulação carcerária, a escalada de violência entre os internos, as práticas de abusos, maus tratos e torturas sobre eles, a inexistência de garantias mínimas aos condenados e o desrespeito sistemático e institucional à legislação ordinária e aos princípios dos Direitos Humanos (ROLIM, 2003, p.1).

Pensar o presídio feminino é ter em mente que os problemas citados acima também são encontrados nas unidades voltadas às mulheres. A população carcerária feminina também está em ascensão. De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2002 existiam 5.987 mulheres custodiadas em

alguma unidade prisional independente do tipo de regime (provisório, fechado, semiaberto, aberto, medida de segurança). Em 2012, o número encontrado foi de 31.552, o que demonstra um crescimento de 427% do número de encarceramento. As dificuldades também dizem respeito à própria falta de estrutura, para atender esse público, pois os presídios femininos nada mais são do que unidades que antes eram destinadas a outras populações, como antigos presídios masculinos.

Em relação ao perfil das mulheres, de acordo com os dados DEPEN relativos ao ano de 2012, de um total de 31.552 presas, 10.113 são brancas. As cores que prevalecem na prisão são a negra e a parda (18.600 mulheres). Outra característica marcante do sistema prisional brasileiro é também o da prevalência por penas que envolvem regime fechado (ROLIM: 2003). Das mulheres sentenciadas, 13.742 delas estão em regime fechado, sendo seguida por um número de 4.716 em regime semiaberto. Dentro desse número total de presas, 10.986 estão em regime provisório, ou seja, não possuem sentença judicial.

Os dados relativos à educação também indicam que a população carcerária tem poucos anos de estudo. De acordo com o levantamento do DEPEN de 2012, apenas 272 (0,86%) mulheres possuíam curso superior. A maioria das presas, 43%, um total de 13.584 custodiadas, tinha como grau de instrução o ensino fundamental incompleto. Através dos dados, é possível notar que a população carcerária feminina é, em sua maioria, formada por mulheres que estão em regime fechado, negras e pardas e com baixo grau de escolaridade. Elas são o novo alvo de uma política que utiliza o cárcere como uma das maneiras de separar os indivíduos na sociedade. Essas mulheres presas são os alvos de uma política que criminaliza a pobreza. Como cita Pat Carlen:

No entanto e apesar de muitos governos pretenderem dizer-nos o contrário, a prisão está, em primeiro lugar, essencialmente organizada para punir os excluídos, controlando-os de forma segura durante um período de tempo definido por um tribunal (CARLEN, 2007, p.1009)

O perfil das mulheres custodiadas em presídios brasileiros se aproxima das características das pessoas encarceradas nos Estados Unidos. Loïc Wacquant (2003), ao realizar uma análise da sociedade estadunidense traz um panorama sobre o aumento do número de pessoas encarceradas no país. De acordo com o autor, as taxas de detenção nos Estados Unidos têm crescido de forma rápida, assim como a construção de novas unidades prisionais e a diminuição dos gastos destinados às políticas sociais.

O alvo dessa política de encarceramento em massa nos EUA são os pobres, em específico os habitantes dos chamados guetos negros. Os habitantes do local são, em sua maioria, negros e pobres e, o território serve como uma forma de segregação racial na sociedade norte-americana estadunidense. O gueto funciona também como uma espécie de exportador de indivíduos para o cárcere, pois a população carcerária do país é formada principalmente por pessoas provenientes desse espaço. Para Rita Segato (2007), ao realizar a comparação com a América Latina, essa segregação também ocorre nos países latinos e se trata de um processo construído histórica e culturalmente:

Uma construção sistemática dessa inconveniência e dessa repugnância (física e moral), que nada tem de naturais, para aprofundar uma usurpação que impede a preservação da vida de um domínio próprio de existência para as comunidades marcadas (SEGATO, 2007, p. 150, tradução nossa).

O presídio no Brasil, a semelhança do que ocorre nos Estados Unidos da América, tem, como maioria da população, pessoas pobres e pardas ou negras. A não preservação da existência de pessoas marcadas historicamente (SEGATO: 2007) se reflete no encarceramento em massa das pessoas cujas existências são marcadas por vulnerabilidades. A prisão desses indivíduos é uma forma de inseri-los em um regime disciplinar intenso, uma maneira de exercer um controle maior sobre suas existências e de domesticar os seus corpos para a produção e obediência.

## **Capítulo 2. Metodologia**

A pesquisa realizada para essa monografia faz parte do projeto “Crime de Mulheres no Distrito Federal: um estudo longitudinal no Presídio Feminino”, financiado pelo CNPq e coordenado pela professora da Universidade de Brasília - Debora Diniz - juntamente à Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. O projeto de natureza quantitativa e qualitativa tem como objetivos: traçar um perfil da população custodiada no Presídio Feminino do Distrito Federal; definir estudos de casos dentro da instituição e realizar pesquisas, para se pensar em políticas públicas para essas mulheres.

A primeira etapa do projeto compreendeu duas fases. A primeira consistiu em realizar um levantamento das informações contidas nos dossiês das mulheres com sentença custodiadas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), conhecida também como Colmeia. A coleta de dados foi realizada por uma equipe de pesquisadoras, da qual fiz parte, nos arquivos do presídio, com um questionário digital que compreendia questões demográficas, sociais e criminais.

Após esse levantamento inicial, foi realizada a segunda fase da pesquisa. Essa etapa consistiu em aplicar um questionário com roteiro estruturado com as mulheres sentenciadas. O roteiro da entrevista<sup>3</sup> tinha questões que contemplavam dados demográficos da presa, assim como perguntas sobre escolaridade, benefícios que recebia, uso de drogas, se recebia visitas, se tinha filhos, se já havia morado nas ruas e o tempo em que viveu neste local, dentre outras perguntas.

No total foram analisados e validados 277 questionários e 277 dossiês, correspondendo ao total de mulheres com sentença judicial. A partir da análise dos dados obtidos nas duas fases da pesquisa, foi possível delimitar o recorte temático do estudo em questão, o das mulheres com trajetórias de rua.

---

<sup>3</sup> O roteiro da entrevista está na seção dos Anexos

## **2.1 Mulheres migrantes e sem documentos**

Das 277 mulheres entrevistadas na pesquisa “Crime de Mulheres no Distrito Federal: um estudo longitudinal no Presídio Feminino” 47 responderam que sim a pergunta “Você já morou na rua?” do questionário aplicado. O primeiro recorte que fiz foi em relação ao tempo em que citaram terem vivências nas ruas. Minha escolha foi a de trabalhar com mulheres que responderam que viveram no espaço público por um período superior a doze meses, o que considero, neste trabalho, como uma estadia de longa permanência.

Dentro deste universo de mulheres com trajetórias de rua por um tempo superior a doze meses - um grupo de 17 presas - optei por um realizar um segundo recorte. Apenas entrevistaria mulheres que não recebiam visitas e que não recebiam nenhum tipo de auxílio externo. Seis mulheres citaram não receber visitas. Escolhi organizá-las em dois subgrupos: a das mulheres migrantes, ou seja, as que não nasceram no Distrito Federal e o das mulheres sem documentação.

A escolha por conversar com mulheres que não recebiam qualquer tipo de visita, justifica-se a partir das ideias de Judith Butler (2010) sobre a diferença do valor social que é atribuído a determinadas vidas. Para a autora, a importância de uma vida está no valor de sua perda, ou seja, se a ausência daquela existência será sentida, caso seja exterminada. Para que uma vida importe, o seu corpo precisa ser digno de luto e ter relações que poderiam vir a sentir a sua ausência. Não ser reconhecido pela sua família de origem é também estar mais susceptível a um não reconhecimento por parte de um Estado que tem esta instituição como um dos pilares de constituição da sociedade.

A escolha pelo grupo das migrantes ocorreu devido a essas mulheres terem suas relações familiares em outros estados, distância que pode dificultar a reinserção da mulher em uma família. A ruptura familiar somada à distância física, pode se mostrar como um desafio para a mulher que esta presa, devido grande parte das políticas voltadas para pessoas expostas a vulnerabilidades não terem como foco o indivíduo, mas sim ele inserido em uma família.

A falta de documentação também foi utilizada como recorte, pois os documentos de identidade possuem uma grande força simbólica na sociedade brasileira. Eles, além

de realizarem a identificação dos seres humanos e não humanos, também atuam na manutenção das estatísticas, controlando taxas de natalidade, mortalidade e também de fluxos de pessoas, instrumentos esses de extrema importância para o controle exercido pelo Estado.

Os recortes utilizados para o encontro com essas mulheres serviram como suporte, para reforçar a ideia de que algumas vidas, pelas condições de existências que deixam de possuir e pela forma como o Estado organiza as suas políticas sociais, são menos reconhecidas do que outras. Algumas vidas não são dignas de luto e, por essa razão, não são consideradas vidas e conseqüentemente não possuem acesso a serviços básicos de existência.

## **2.2 Instrumentos de pesquisa**

Foram utilizados dois roteiros <sup>4</sup>semiestruturados para as entrevistas. Um para as mulheres migrantes e outro para as que citaram não ter documentos. A diferença entre os dois instrumentos de pesquisa está apenas nas questões relativas à migração. As perguntas sobre documentos estavam presentes nos dois questionários. Um dos intuitos do roteiro foi o de recuperar, na memória das entrevistadas, a vivência nas ruas. As questões contemplavam as práticas cotidianas nas ruas, o uso de drogas, as violências que sofreram e as estratégias de sobrevivência. Além disso, correspondiam também à quebra das relações anteriores e o motivo que as levou a viver no espaço público.

Além de perguntas sobre o espaço da rua, o instrumento de pesquisa contemplava questões sobre o cárcere, abordando a rotina da prisão e as diferenças percebidas entre o espaço da rua e o do presídio. Por se tratar de mulheres que não recebiam visitas na prisão, essa temática também foi abordada, para assim conhecer a maneira com a qual lidavam com tal situação.

As perguntas sobre documentação tinham, como questão inicial, se a mulher possuía ou não documentos. Caso ela respondesse “sim”, mais nenhuma pergunta do bloco seria feita. Caso a resposta fosse “não”, questões relacionadas ao que aconteceu com o documento, a se ela já os teve alguma vez na vida e à importância de ter esse tipo de papel eram feitas à entrevistada. As questões sobre migração foram feitas apenas para as mulheres que não nasceram no Distrito Federal. As perguntas tinham como

---

<sup>4</sup> Os roteiros utilizados para essa monografia estão disponíveis na seção dos Anexos.

objetivo recuperar a trajetória da mulher, como compreender o porquê da saída do estado de origem, o motivo da escolha pelo DF, e também conhecer quais relações tinha no estado em que nasceu, assim como o porquê da quebra desses laços.

No roteiro optei por não contemplar questões relativas à infração penal<sup>5</sup> que a mulher cometeu, embora essa narrativa sempre aparecesse na entrevista. Justifico esse recorte porque a mim não interessa saber o sobre o crime que motivou a prisão, o interesse está em conhecer as trajetórias de vida. Não pretendo também neste estudo abordar trajetória criminal, mas sim retratar essas existências, que independente de ter ou não cometido uma infração, são cidadãs e devem ser contempladas com direitos civis:

Seria preciso ver os internos e condenados, primeiramente, como seres humanos e, portanto, como sujeitos portadores de direitos, reconhecendo o fenômeno da cidadania onde ele tem sido tradicional e solenemente negado (ROLIM, 2004, p. 6)

O diário de campo se mostrou como um importante instrumento para a pesquisa, pois através dele foi possível realizar, uma maior descrição das situações vivenciadas nas idas a campo e de organizar as primeiras ideias teóricas do estudo. O diário também serviu como uma forma de escrever sobre os sentimentos que vivenciei nos dez meses em que estive em campo.

Não consegui ir ao presídio e não me envolver com as histórias que ali foram compartilhadas. Eram narrativas densas, que remetiam a um passado com violências, rupturas familiares e perpassado por condições bastante vulneráveis de vida, como as vivências nas ruas. Foi também uma espécie de diário pessoal, em que meus sentimentos e inquietações eram descritos a partir das situações vivenciadas na instituição, como algumas praticas hierárquicas que presenciei e que não condiziam com meus ideais feministas e embasados em direitos humanos. Apesar de a pesquisa ter sido realizada apenas com as mulheres presas, era impossível ser indiferente à maneira como a instituição totalitária operava, considerando-se a rotina ali estabelecida e a obediência.

Os diários não eram levados a campo para o sigilo dos dados coletados e também como forma de proteger as falas das entrevistadas. Um dos motivos por não se

---

<sup>5</sup> Não retratar a infração penal foi uma opção política do grupo de pesquisa. Meu roteiro foi construído tendo como base essa decisão em não realizar um discurso penal sobre a trajetória das entrevistadas.



levar essas anotações a campo é que o diário é uma ferramenta de uso bastante pessoal da pesquisadora. É nesse objeto que suas impressões serão anotadas, assim como também as possíveis críticas e angústias que o campo lhe trazer.

### **2.3 Cuidados éticos**

O debate sobre ética nas ciências humanas tem avançado no Brasil, principalmente no que diz respeito aos Comitês de Ética em Pesquisa. A polêmica dos comitês gira em torno de eles terem se constituído tendo como base pesquisas com seres humanos nas áreas biomédicas. As pesquisas em humanidades, por lidarem com técnicas mais qualitativas, como entrevistas e etnografias, não se sentem contempladas com os recortes utilizados na área da saúde (DINIZ: 2007).

Além das especificidades em relação às técnicas de pesquisa entre ciências humanas e da saúde, existem diferenças em relação aos próprios resultados da pesquisa. Em um plano de trabalho a ser enviado para um comitê, espera-se que a pesquisadora tenha em mente os objetivos e resultados que podem ser encontrados. Nas ciências humanas, mostra-se difícil estabelecer tal rigidez. A Antropologia, por exemplo, se funda bastante na ideia de que não se deve ir a campo com ideias já pré-concebidas e fixas, mas sim terem-se os resultados de pesquisas anteriores apenas como inspiração para o seu campo (MALINOWSKI: 1984).

Estabelecer uma ética em campo também é uma tarefa difícil para antropólogas, pois a atuação dessas pesquisadoras é na vida humana e na multiplicidade de vivências e culturas. Patrice Schuch (2011), em seu artigo “A vida social ativa da ética na Antropologia”, traz uma discussão sobre a tentativa de estabelecer uma ética universal para as pesquisas antropológicas. A autora, ao utilizar de exemplos práticos de pesquisa em sua escrita, reflete para o uso de uma ética baseada na “vida social ativa”, ou seja, em uma ética que será construída no próprio trabalho de campo:

“(...) a ética é diferencialmente produzida em múltiplos domínios da prática antropológica – em sua vida social ativa – o que requer delicadeza na sua discussão e consideração, assim como compreensão da diversidade e situacionalidade dos espaços de realização” (SCHUCH, 2011, p. 6).

Estudar instituições totalitárias como presídios, é não apenas ter que lidar com limitações para o trabalho de campo, mas também com uma ética específica. Como exemplo, cito as situações em que precisei lidar com a perda da autonomia das entrevistadas na prisão na hora da marcação das entrevistas. As entrevistas eram marcadas diretamente com a administração do presídio e não através do contato com as presas. Outra questão do presente estudo foi o sigilo dos nomes das entrevistadas e de outras informações que pudessem identifica-las.

Utilizei para a pesquisa o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE), que pode ser definido como “(...) a peça que, ao registrar os termos de encontros entre os interesses dos participantes e as motivações do pesquisador e do patrocinador do estudo, protegeria os participantes” (DINIZ, 2010, p. 186). O TCLE atua como uma forma de contrato entre a participante e a pesquisadora, com o intuito de proteger a entrevistada.

O TCLE utilizado neste estudo foi oral, na tentativa de evitar constrangimentos, caso a entrevistada não fosse alfabetizada. A apresentação da pesquisa foi feita no início de todas as entrevistas e posteriormente eu perguntava se a mulher aceitava participar do estudo. Todas as entrevistadas foram gravadas e transcritas por mim. As informações contidas no áudio que pudessem identificar as mulheres não foram digitadas e não serão também utilizadas no texto desse trabalho.

Nenhuma das participantes recebeu qualquer auxílio financeiro ou material dentro do presídio. Apenas anotei em campo algumas solicitações feitas, como conseguir uma documentação, para passar posteriormente à coordenadora de campo para que assim chegasse a demanda à direção da penitenciária. O projeto “Crime de Mulheres no Distrito Federal: um estudo longitudinal no Presídio Feminino” foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH) da Universidade de Brasília. O projeto aprovado previa estudos de casos dentro da Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), como o que deu origem a essa monografia.

## **2.4 O trabalho de campo no Presídio Feminino do Distrito Federal**

A prisão é um espaço, onde as mulheres que ali estão são privadas de sua liberdade e também reguladas. Existem horários para todas as atividades, dias

específicos para se receber visitas, performances corporais também reguladas, como no momento em que a presa vira as costas quando existem pessoas do mundo externo nos pavilhões da prisão. É possível notar normatizações também na fala, pois o tratamento que é dado a quem não está preso é permeado por pronomes de tratamento como “sim, senhora” e “sim, senhor”.

Atrás das grades, não existe o direito de ir e vir, as presas em regime fechado não podem, por exemplo, sair de trás dos muros da prisão, ao menos que tenham uma autorização judicial para a saída. Não existe o individual, pois são tratadas como um coletivo, as regras são para todas, assim como as punições, pois se uma desobedece a uma norma e não se coloca como culpada, todas da cela são punidas. Realizar o trabalho de campo em um espaço como o descrito acima é então estar ciente de que algumas regras também terão que ser respeitadas e que o seu acesso também será realizado de acordo com as normas.

Essas limitações foram percebidas por mim logo no início do campo, quando as mulheres eram retiradas de suas celas, para responderem os questionários da segunda etapa do projeto ao qual esta monografia está vinculada. Eu, por exemplo, não tive acesso ao interior das celas e as idas a campo precisavam ser agendadas com antecedência, para ver a disponibilidade das funcionárias do presídio em nos atender. Nas idas a campo para as duas fases do projeto, foi possível perceber que as agentes não perguntavam às presas, se elas queriam participar da pesquisa e elas não tinham o direito de negar a participação, pois caso não participassem, poderiam sofrer punições. A ordem advinda de seus superiores deveria, então, ser obedecida, mesmo a contragosto.

Nas entrevistas que realizei para a monografia, também me deparei com questão do consentimento para participar da pesquisa. Em uma das idas a campo, precisava conversar com uma entrevistada, que no momento estava passando mal. Aguardamos a mulher no local que seria realizada a conversa e, assim que ela chegou, percebi que ela estava frágil, o seu andar era lento e o seu olhar era um pouco vago e triste. Não percebi de início que ela não estava bem de saúde, porque as características citadas acima fazem parte da própria paisagem da prisão. Já tinha me deparado com muitas mulheres que possuíam um olhar vago e distante, tanto é que pareciam ter a sua presença naquele ambiente apenas em corpo, o pensamento parecia transpor as grades.

Dei início à entrevista. Ela respondia as minhas perguntas conforme eu perguntava. Com apenas cinco minutos de conversa, ela pediu licença e foi passando apressadamente por entre as cadeiras em direção ao banheiro para vomitar. Quando ela voltou, falei que poderíamos marcar outro dia, que ela não precisaria continuar ali para conceder a entrevista.

A descrição desse episódio serve, para reforçar a ideia da prisão como um local em que não existe o consentimento. A agente depois me disse ter perguntado para a mulher se ela estava em condições de ser entrevistada, ela disse que sim, mas problematizo aqui essa resposta. Penso que o medo de sofrer alguma punição por não obedecer a uma ordem é tão grande que, até mesmo quando existe uma pergunta, já existe uma expectativa de uma resposta. E a resposta é sempre uma tentativa de não desacatar uma regra. Talvez o medo de sofrer alguma punição tenha sido o motivo pelo qual ela aceitou sair de sua cela, mesmo doente, para tentar me conceder a entrevista.

A vigilância também estava sobre os corpos da equipe de pesquisadoras da qual fiz parte. Não podíamos entrar no presídio com celular, nossos documentos de identidade eram deixados na recepção e não podíamos usar roupas pretas, amarelas ou brancas<sup>6</sup>. Se fôssemos a campo sem documentação não poderíamos entrar nas dependências do presídio. Algumas restrições também nos foram colocadas, como não responder a nenhuma demanda que as mulheres poderiam nos solicitar. Qualquer solicitação deveria ser passada à chefia e não resolvida por nós mesmas.

Nas idas a campo, presenciamos episódios em que algumas solicitações nos eram feitas, incluindo demandas simples, como levar um biscoito ou dar uma caneta esferográfica que utilizávamos para o preenchimento do questionário. Demandas estas facilmente atendidas caso realizássemos uma pesquisa com mulheres fora das grades, mas que, ali no presídio, tinham um outro significado. Nossa tarefa, como pesquisadoras, era a de anotar as demandas que remetiam a direção e não atender aquelas que poderiam causar problemas dentro da instituição.

A aplicação dos questionários do projeto ao qual meu estudo está vinculado ocorreu em diversos locais da instituição. Em algumas idas a campo conseguíamos

---

<sup>6</sup> Não podíamos entrar no presídio com a cor preta porque esta é a cor do uniforme das agentes penitenciárias e demais funcionários relativos à segurança. As roupas brancas são para identificar as mulheres custodiadas na PFDF. A amarela caracteriza as visitas.

manter a proximidade entre pesquisadora e entrevistada, sentando uma ao lado da outra e longe dos ouvidos das agentes, mas, em outras, isso não foi possível. Em uma aplicação, realizamos as entrevistas separadas pelas grades das celas e com uma agente nas proximidades.

Vivenciar uma realidade tão distante da minha, quando alguém tem de se virar no momento em que cruzo o seu caminho ou quando uma mulher com mais idade do que eu me chamar de senhora, foram dificuldades que senti no trabalho de campo. Foi necessário realizar uma reflexão interna e também discussões no grupo de pesquisa sobre realizar estudos em uma instituição como a prisão e sobre o que é a liberdade nesses espaços, para assim conseguirmos compreender tal realidade.

Os encontros serviram tanto para a discussão de teorias quanto para compartilhar os diários e os sentimentos que perpassavam a nossa escrita. A cada ida a campo redigíamos um diário e depois compartilhávamos com as integrantes do grupo de pesquisa. Esses documentos quando socializados, são uma importante ferramenta para o aprendizado em equipe, como forma de aprender com a escrita e olhar da outra (FLEISCHER: 2012). Os diários também foram úteis, para aprendermos a lidar com um mundo, ao mesmo tempo, tão próximo e tão distante de nossas realidades. Próximo, porque também somos mulheres e jovens, público este o da PFDF. Distante, porque somos universitárias, o que nos coloca em um abismo de classe em relação às custodiadas que tem poucos anos de estudo.

O grupo de pesquisa também tem uma característica bastante forte: é formado por pesquisadoras feministas, o que acredito ter causado maior desconforto nas nossas subjetividades. Era difícil ir a campo e ver que existia uma forma de tratamento diferente devido às hierarquias dentro da instituição, como, por exemplo, uma presa ter que virar as costas, quando adentrávamos no espaço em que ela estava; ou quando não podíamos atravessar o corredor do local em que ocorreriam as entrevistas porque as salas de aula em forma de cela estavam destrancadas.

Aprendemos em conjunto que não podemos levar a campo as nossas próprias noções de autonomia sobre os corpos das mulheres, pois a prisão é um espaço em que não existe lugar para esta essa prática, no sentido burguês do liberalismo feminista. Não é possível pensar a autonomia individual em um espaço em que o corpo é vigiado, controlado e domesticado. A própria noção que temos de liberdade e autonomia é

diferente das vivenciadas pelas internas. No presídio, as presas devem receber ordens e não questioná-las. E, caso desobedeçam alguma norma, serão punidas por isso. Tivemos que lidar com a impotência de que não poderíamos modificar uma estrutura tão consolidada como o cárcere, mas que poderíamos realizar uma pesquisa, que poderia beneficiar as mulheres que ali estavam custodiadas.

Foram muitas reuniões até conseguirmos compreender que precisávamos entender o espaço da prisão como um todo, formado por funcionários, agentes e direção e não apenas visto de um único viés, o das presas. A dificuldade em relação ao consentimento foi também percebida na realização da minha própria pesquisa lá dentro.

## **2.5 As entrevistas**

A marcação de uma entrevista com uma mulher que não está presa é realizada diretamente com a entrevistada, marca-se um horário e um local com essa pessoa, tudo isso de acordo com a disponibilidade de quem irá dar o seu depoimento. No presídio, a marcação das entrevistadas era feita diretamente com a direção da instituição, com o consentimento anterior do juiz da vara de execuções penais.

A entrevistada era retirada de sua cela por uma agente e era informada sobre a pesquisa apenas no momento em que estava à minha frente, quando eu apresentava o estudo e perguntava se ela aceitava participar. Nenhuma das participantes recusou participar da entrevista. Todas as idas a campo foram realizadas em duplas, mas apenas eu conduzi as entrevistas deste estudo. Assim que chegávamos ao presídio, depois de passar pelos portões da entrada e deixar lá nossas identidades e aparelhos eletrônicos, nos dirigíamos para o local definido pela direção para realização das entrevistas.

Todas as entrevistas dessa monografia foram realizadas no Núcleo de Ensino (NUEN), um espaço onde ocorrem as aulas e também demais cursos e oficinas oferecidos no presídio. As salas são uma espécie de cela, possuem grades e cadeados, e ficam dispostas em um corredor, com salas tanto a direita quanto a esquerda. Apenas conseguíamos passar por esse corredor quando todas as celas estavam devidamente fechadas.

A técnica de ir em duplas a campo também foi de extrema importância, pois diversas vezes as agentes desciam duas presas de uma vez para a conversa. Então, enquanto eu realizava a entrevista com uma mulher, a outra conversava, no outro lado da sala, com a pesquisadora que estava me acompanhando. Nenhuma das agentes teve acesso ao espaço, enquanto realizávamos as conversas. As entrevistadas também não estavam algemadas no momento do encontro.

O tempo de duração das entrevistas foi de 15 a 30 minutos. No início da conversa, as mulheres se mostravam bastante desconfiadas em relação a nossa presença e ao gravador. Algumas chegaram a perguntar se ninguém do presídio teria acesso à conversa gravada, mesmo após eu ter dito na apresentação da pesquisa que apenas eu e a minha orientadora utilizaríamos os dados. Era comum uma entrevistada reiniciar o diálogo após o encerramento da entrevista e do gravador ter sido desligado, o que pode demonstrar tanto uma vontade em continuar um diálogo com alguém do mundo externo ao presídio ou também uma desconfiança sobre ter sua fala gravada.

### **Capítulo 3. Perfil das Mulheres**

Neste capítulo realizo uma apresentação do perfil das mulheres custodiadas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF). Na segunda seção, discorro sobre as narrativas das seis mulheres que entrevistei. Para a contextualização de suas histórias foram utilizados dados das entrevistas e também dos questionários aplicados na segunda fase da pesquisa “Crime de Mulheres no Distrito Federal: um estudo longitudinal no Presídio Feminino”.

Por se tratar de um grupo pequeno, optei por não apresentá-las individualmente, para que assim as entrevistadas não sejam identificadas. A apresentação será realizada de forma coletiva, a fim de que se possa apenas contextualizar as participantes e, com isso, assegurar o seu anonimato. Outros dados ou falas que possam comprometer as suas identidades também serão omitidos.

#### **3.1 Perfil das mulheres presas no Distrito Federal**

Nessa seção trago algumas taxas referentes ao perfil das mulheres sentenciadas na PFDF e também das participantes da minha pesquisa, como reforço à ideia de que o presídio é uma instituição que atua na prisão de determinados sujeitos. As estatísticas relativas ao perfil das mulheres que entrevistei, como cor, nível de escolaridade, estado civil e demais categorias só conseguem ser agrupadas e contabilizadas quando elas passam a fazer parte da população carcerária.

Através dos dados coletados na pesquisa “Crime de Mulheres no Distrito Federal: um estudo longitudinal no Presídio Feminino” foi possível conhecer o perfil social e demográfico das mulheres custodiadas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. Os dados da pesquisa referem-se apenas às mulheres que possuíam sentença judicial. Das 277 sentenciadas, apenas 60 trabalharam com carteira de trabalho assinada no ano anterior à reclusão. Em relação ao valor do salário que recebiam antes de terem sido presas, 32,1% das entrevistadas citou receber de meio a um salário mínimo, e 21,7% de um a dois salários mínimos.

As cores que prevalecem no presídio também são a parda e a negra, com um total que representa 66,8% das presas custodiadas na PFDF. Em relação ao nível de escolaridade, 57% responderam terem concluído apenas o ensino fundamental, sendo que apenas 2,5% das mulheres citaram ter ensino superior. A população custodiada na



Penitenciária Feminina do Distrito Federal é, em grande maioria, pobre, com baixo grau de escolaridade, sem vínculos formais de emprego e parda ou negra. A lógica do Estado é a da punição, a de aumentar a rigidez sobre as penas, assim como sobre os crimes, para assim tirar das ruas as pessoas indesejáveis e colocá-las atrás das grades:

O recurso sistemático ao aparelho policial e jurídico para condenar as ‘desordens’ da vida cotidiana na família e nos bairros pobres explica por que as prisões americanas estão cheias, não de “predadores violentos”, mas de criminosos não violentos e de vulgares delinquentes (WACQUANT, 2003, p. 67).

As mulheres que entrevistei também se aproximam das características predominantes das estatísticas da população carcerária, pois são, em sua maioria, pardas ou negras e com baixo grau de escolaridade. A esses dados, soma-se o fato de essas mulheres terem tido vivências nas ruas e de não possuírem papéis que servem para identificar os cidadãos, o que as torna um alvo fácil para um Estado que criminaliza a pobreza. Na próxima seção realizo uma descrição de suas trajetórias de vida.

### **3.2 As mulheres com trajetórias de rua**

As seis mulheres entrevistadas possuem idades entre 23 e 30 anos. Em relação à naturalidade, apenas duas nasceram no Distrito Federal, enquanto as outras quatro nasceram em outros estados. O tempo que viveram nas ruas varia entre 13 e 17 anos. Em relação à situação conjugal, três das entrevistadas citaram serem solteiras, uma citou ter um namorado e duas citaram ter um companheiro. Os companheiros das duas mulheres também estão presos. Sobre o nível de escolaridade antes de terem sido presas, três responderam que não foram alfabetizadas. Duas das participantes citaram ter concluído o ensino fundamental, enquanto uma citou ter sido alfabetizada.

Em relação à documentação, apenas uma citou possuir documentos quando vivia nas ruas, as outras cinco entrevistadas não possuíam nenhum tipo de registro que pudesse identificá-las. Atualmente, apenas duas das participantes da pesquisa não possuem nenhum tipo de documento, enquanto as outras três conseguiram tirar a carteira de identidade no presídio. Em relação à cor, duas se autodeclararam negras, duas brancas e duas pardas.

Na época da aplicação do questionário do projeto, todas citaram não receber visitas e não ter nenhum contato com a família. Nas entrevistas da monografia, quando

refiz essas questões, apenas uma disse que tinha contato com uma relação externa. O seu ex-marido, ao descobrir que ela estava presa, passou a visitá-la e é também quem cuida dos seus filhos.

A maioria das entrevistadas, antes das trajetórias na rua, possuíam relações familiares, sendo que a quebra desses laços apareceu nas falas como um dos fatores principais para a ida para a rua. A próxima seção trata dessa temática, da ruptura das relações das redes de apoio que as entrevistadas possuíam antes da vivência no espaço público.

### **3.3 As rupturas**

As pessoas com trajetórias de rua têm suas histórias marcadas por rupturas com um mundo anterior ao da vivência no espaço público. De acordo com as mulheres, os desentendimentos familiares se mostraram como um dos principais fatores para a ida às ruas. Das seis participantes, três citaram terem saído de suas casas devido a problemas com a família. Uma das mulheres citou que precisou sair do estado em que nasceu, porque o seu pai não aceitava o neto. Como ela diz: “Eu tive filho muito nova e meu pai era rígido, não aceitava. E se eu quisesse ir lá em casa comer, eu tinha que deixar meu filho pro lado de fora e aí eu optei pela rua e ficar com meu filho”.

Outra entrevistada disse ter saído de casa após a morte de sua mãe, pois não conseguia conviver com as irmãs. Ainda em relação à quebra das relações familiares, uma das participantes citou ter ido para as ruas, porque estava sob ameaça de violência sexual por parte de seus primos. Em relação às outras participantes, uma disse ter deixado o marido e os filhos, para viver nas ruas devido às drogas. Outra entrevistada disse ter iniciado a sua vivência na rua, para acompanhar a mãe já estava neste local. A última entrevistada se coloca como “menina de rua”, pois não conheceu seus pais e nenhum dos seus familiares. Sua trajetória foi marcada por instituições de abrigo e por vivências na rua.

Das seis entrevistadas, apenas uma recebe visitas na prisão. Elas não possuem mais contato com a família, sendo que, em muitos casos, os familiares nem sabem sobre a prisão da mulher. É esta ruptura com a família, na maioria das narrativas, o que leva a vivências nas ruas. Soma-se a isso o fato de existirem mulheres migrantes dentre as entrevistadas, ou seja, participantes que saíram de seus estados e deixaram as redes de

apoio na cidade de origem, situação que distancia ainda mais os laços e dificulta um possível contato familiar, caso necessário. No item a seguir, abordo as histórias das quatro migrantes que entrevistei.

### 3.4 As migrantes

A vinda para o Distrito Federal ocorreu de forma variada para as mulheres migrantes. Das quatro migrantes, apenas duas vieram ao DF acompanhadas. Uma das participantes da pesquisa saiu da sua cidade, localizada na região Sudeste do Brasil, com seu filho e passou por diversos locais antes de viver nas ruas do DF. Como ela cita:

*Eu vim passando de cidade em cidade, conheci muitas cidades, quando cheguei aqui eu vi que era uma cidade de pessoas caridosas, eu tinha um filho pequenininho na época (....) Saia pra pedir, eles não deixavam meu filho com fome, então optei por aqui.*

A outra entrevistada veio na companhia de seu marido e de seus dois filhos, núcleo familiar com o qual ela não tem mais contato. A escolha por Brasília foi realizada por seu ex-marido, ela apenas o acompanhou. Permaneceu um tempo morando com a família em uma residência e depois foi viver nas ruas, por causa do seu vício em drogas.

A narrativa de outra participante também diz respeito à certa movimentação em relação à mudança de cidades. Seus pais morreram quando ela era ainda criança, e, por essa razão, foi morar com uma tia que habitava a mesma cidade em que ela nasceu. Ela morou alguns anos com a tia, mas, devido a problemas de convivência, foi enviada por essa mesma pessoa para morar em outro estado com os primos. Após ameaças de violência sexual, a entrevistada fugiu da casa em que estava e passou a ter sua trajetória nas ruas. Veio para o Distrito Federal acompanhada das colegas que também viviam no espaço público.

A última trajetória que irei descrever teve a sua vivência marcada por abrigos e, por causa dessas instituições, veio para o Distrito Federal. Como ela não conheceu a sua família, foi logo enviada a um abrigo que ficava no DF, pois já nascera em um estado próximo à região do Distrito Federal. Após um tempo morando nesse espaço, ela fugiu e passou a viver nas ruas.

A vida dessas mulheres com longas trajetórias de rua e que não recebem visitas podem ser pensadas a partir das ideias de Judith Butler (2010) sobre as vidas precárias.

Para a autora, todas as vidas são precárias, pois dependemos de redes políticas e sociais para existirmos. Nossas vidas estão sempre nas mãos de outras pessoas, o que nos torna bastante vulneráveis. Todas as vidas são precárias, mas existem graus de precariedades que são estabelecidos pelos mecanismos de poder que criam os afetos, as maneiras pelas quais nos aproximamos e reconhecemos os indivíduos. Para que uma vida tenha importância e seja reconhecida como vida, o seu corpo precisa ser digno de luto.

São os marcos formulados pelas relações de poder que irão estabelecer quais vidas são enlutáveis, dignas de serem protegidas e de terem condições para poderem existir. Para a autora, o valor de uma vida esta no seu momento de luto, no momento em que a sua perda é digna de lágrimas : “ Apenas em condições em que a perda pode se ter importância é que aparece o valor da vida. Assim, a capacidade de ser chorado é um pressuposto para que uma vida importe” (BUTER, 2010 p. 31, tradução nossa). Não fazer parte de uma vida que é digna de luto é também estar à margem de serviços básicos, como acesso a saúde, moradia, educação e emprego, serviços que são mais acessíveis para as pessoas cujas vidas são reconhecidas.

As mulheres com trajetórias de ruas, do presente estudo, não possuem mais relações com uma família que poderia vir a sentir a sua perda e reconhecer a sua existência. Não possuem também as condições necessárias para que uma vida seja vivível (Judith Butler: 2010), como educação, saúde, moradia e segurança. Essas mulheres quando viviam na rua não possuíam documentos e não entravam nas contagens dos censos, pois não tinham uma residência. No espaço público, elas não eram capturadas pelos mecanismos de poder, pois suas vidas eram invisíveis frente a um Estado que organiza a sua gestão a partir de estatísticas.

As mulheres migrantes que não possuem mais laços ou relações familiares, possuem maiores dificuldades em serem visíveis para um Estado que atua no controle dos vulneráveis através de políticas familistas. Essas mulheres, por não possuírem laços familiares e um domicílio no Distrito Federal encontram maiores empecilhos em conseguir o acesso a benefícios na prisão, como a mudança de regime fechado para o aberto, pois para conseguirem tal progressão, precisam cadastrar um endereço domiciliar no sistema de registro do presídio. Essa política é apenas mais uma, dentre diversas, de um Estado que atua no controle dos indivíduos a partir de programas que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade.

### 3.5 Documentos

Pensar a questão da documentação civil é de extrema importância nesta pesquisa, pelo fato de apenas uma das mulheres ter citado possuir documentação, enquanto estava vivendo nas ruas. Das outras cinco, todas entraram na prisão sem possuir papéis que as identificassem.

Mariza Peirano em seu artigo intitulado “De que serve um documento?”, traz uma reflexão sobre a questão da documentação nas sociedades contemporâneas urbanas: “Pra que serve um documento? Tecnicamente, documentos facilitam o ato de contar, somar, agregar a população (e, assim, taxar a riqueza e controlar a produção), ao mesmo tempo em que identificam o indivíduo – para fins de conceder direitos e exigir deveres”. (PEIRANO, 2006, p. 26). Os documentos servem como uma forma de o Estado contar pessoas e de realizar um reconhecimento sobre as suas existências.

Possuir ou não esses papéis legitimados pelo Estado é uma das formas de garantia de reconhecimento de cidadania perante uma nação e também de realizar uma contagem sobre essa população. Perder um documento que lhe dá um status de cidadã, como a carteira de identidade, é perder também a sua própria identidade: “O indivíduo torna-se cidadão por sua carteira de identidade, mas, ao se descobrir sem a carteira, ele de fato não possui mais a identidade (que é civil e pública). A carteira faz o cidadão” (PEIRANO, 2006, p 34).

Ser reconhecido como sujeito implica possuir papéis, símbolos estes que funcionam como um mecanismo de criar cidadania para quem os possui. Possuir documentação é também uma forma de separação entre os indivíduos cujas vidas são reconhecidas daqueles cujas existências não importam. Eles possuem a “função de distinguir o cidadão do ‘marginal’” (PEIRANO, 1986, p. 52).

Cinco das entrevistadas, quando viviam nas ruas, não possuíam nenhum tipo de documentação. Algumas perderam os documentos, outras os tiveram roubados. Essas mulheres são presas sem possuir nenhum tipo de registro que pudesse identificá-las como sujeitos. Elas não eram, então, contadas e agregadas por um governo que utiliza a documentação como uma das formas de regular e reconhecer os indivíduos.

Em relação às dificuldades que sentiram, por não possuir documentação, estão a de não conseguir realizar uma cirurgia pelo sistema de saúde público; não conseguir um emprego e não conseguir retirar um dinheiro que lhe pertencia. Não possuir documentos é estar invisível e ter dificuldades em ter acesso a serviços básicos, pois quem não possui documentação não é reconhecido como sujeito:

O documento, assim, legaliza, e oficializa o cidadão e o torna visível, passível de controle e legítimo para o Estado, o documento faz o cidadão em termos performativos e obrigatórios. Essa obrigatoriedade legal de possuir documento tem seu lado inverso: o de remover, despossuir, negar e esvaziar o reconhecimento legal do indivíduo que não possui o documento exigido em determinados contextos. (PEIRANO, 2006, p. 27).

O documento, símbolo utilizado como forma de identificar os sujeitos, se mostra como um dos objetos fundamentais para o reconhecimento dos indivíduos como cidadãos e também como forma de identificação, sendo os únicos que podem de fato dizer quem somos:

No mundo moderno, documentos são objetos indispensáveis, sem os quais não conseguimos demonstrar que somos quem dizemos que somos. Precisamos de provas materiais que atestem a veracidade da nossa autoidentificação, já que, por nós próprios, esse reconhecimento é inviável. Nossa palavra não é suficiente (PEIRANO, 2009, p. 63).

O fato das mulheres entrevistadas não possuírem documentação quando foram apreendidas pela polícia não impediu com que fossem presas. O nome próprio serve como uma forma de identificar a pessoa que cometeu o crime, para puni-la, mas não como uma forma para o acesso a serviços básicos de subsistência. Para ser inserido no sistema carcerário, não é necessário possuir papéis que identifiquem o sujeito, como cita uma das entrevistadas, quando indagada sobre como foi o processo de entrada na prisão sem possuir documentos:

*Não, pediram documento não. Chegou lá, aí eles puxaram no computador, aí falaram: 'É você mesmo'. Eu falei: 'Tem certeza que sou eu?'. Ele falou: 'Absoluta, é você, você que é a X (nome dela)'. Eu falei: 'Sou, mas tem quantas X no mundo?'. Ele falou: 'Não, mas é você mesmo'. Aí identificou lá e me trouxe.*

No presídio, não possuir documentos também traz uma série de dificuldades no acesso a serviços básicos. Para conseguir trabalho externo e se matricular em determinados cursos é necessário que se tenha algum tipo de registro que comprove a

sua existência. Outro problema é o de que a mulher só pode conseguir a mudança de regime, por exemplo, de fechado para aberto, caso tenha documentação. Para conseguir a liberdade também é necessário possuir esses papéis, para que o Estado consiga manter o controle sobre o indivíduo.

## Capítulo 4. Vivências nas ruas

Neste capítulo descrevo as vivências no espaço público das mulheres entrevistadas, como a rotina nas ruas, o que faziam para sobreviver e o uso de drogas. O uso de entorpecentes é uma característica que todas as entrevistadas têm em comum. Todas responderam terem utilizado drogas lícitas e ilícitas quando viviam nas ruas.

Uma seção também foi destinada para descrever as práticas recorrentes de violências a que foram submetidas quando viviam nas ruas. As agressões ocorriam tanto por parte do povo da rua quanto por parte da polícia, quando esta exercia o seu controle no espaço público, expulsando os corpos que ali não deveriam estar.

### 4.1 A rotina nas ruas

Compreender a rotina nas ruas das mulheres entrevistadas é importante, porque assim é possível comprovar a falta de condições necessárias para que uma vida possa de fato existir. Todas as entrevistadas exerciam algum tipo de trabalho quando viviam no espaço público. A atividade laboral preponderante era a de vigiar carros, seguido pelo manguear (pedir dinheiro) e o roubo. Apenas uma das entrevistadas citou se prostituir.

A questão da rotina na rua também é importante para se caracterizar suas trajetórias. O cotidiano dessas mulheres era marcado pelo exercício de alguma atividade remunerada, pela realização de atividades de higiene pessoal, pelos percursos pela cidade e também pelo uso constante de drogas ilícitas e/ou álcool. As condições de sobrevivência na rua também são adversas, não existem condições dignas de moradia e segurança:

*(...) Às vezes você não tem o que comer. Às vezes tem a época do frio, no tempo da chuva você tem que ficar dormindo debaixo dos blocos, aí tem pessoas que expulsam, que não gosta ne, porque tem uns que usam cola, tem uns que usam tinner, aí já vem a discriminação.*

As entrevistadas viviam em constante presença de medo, tanto por parte da polícia e das políticas que expulsam os moradores dos locais em que estão, quanto das próprias pessoas que vivem nas ruas e também da própria sociedade que as estigmatiza. Viver na rua é estar exposta. Como cita uma das participantes:

*(...) é difícil morar na rua, é complicado. Você corre perigo, tanto como ser estuprada, como você amanhecer morta. É a mesma coisa de você estar vivendo, tipo, por ameaça, entendeu? Porque você se sente ameaçado, você não se sente seguro, você sente ameaçado pela*



*sociedade e pelas próprias pessoas que convivem do seu lado, por causa da droga, porque a droga modifica muitas pessoas, então é sem segurança nenhuma.*

A questão do estigma está presente nas falas acima. O estigma, de acordo com Erving Goffman (1982), é uma característica que certos indivíduos possuem que se sobressai, de forma negativa, ao conceito de normalidade dentro do imaginário das pessoas. O indivíduo estigmatizado possui uma característica ou traço que o distingue das demais e a sua redução como pessoa será realizada a partir do que é considerado como anormalidade. A pessoa passa então a ser vista de acordo com o estereótipo com o qual é identificada, as qualidades e demais traços da sua identidade são reduzidos a apenas um, aquele que lhe torna inferior aos demais.

## **4.2 As drogas**

O uso de drogas era uma prática constante na vida das entrevistadas quando viviam nas ruas. Substâncias que vão desde o álcool até entorpecentes que não são legalizados no Brasil, como merla, tinner, cocaína e o crack. Na fala das participantes foi possível perceber uma rotina no uso de drogas. Como cita uma delas, sobre o uso do crack: “Eu estava usando muita droga, eu usava quinta, sexta, sábado, domingo. Quatro dias usando droga. Ficava só segunda, terça e quarta sem usar.”

A reflexão sobre o uso dessas substâncias e sobre os problemas que o consumo recorrente de drogas causou em seus organismos só ocorreu, entre as entrevistadas, a partir do momento em que foram presas e não tiveram mais acesso aos entorpecentes. Foi recorrente nas entrevistas falas sobre os malefícios do uso dessas substâncias, como o vício e a mudança no comportamento, tal qual cita uma delas:

*Estou bem tranquila, estou mais calma. Quando eu cheguei aqui eu era muito nervosa e muito elétrica por causa do crack, então o sistema nervoso da gente fica muito agitado, a gente fica muito nervosa, porque qualquer coisinha a gente se altera.*

Também foi possível perceber nas entrevistas uma reflexão sobre o que o uso causou nos seus corpos, como o emagrecimento e o envelhecimento. Como é possível observar no depoimento abaixo:

*Depois que eu cai aqui dentro, esses anos que eu estou aqui, parece que aquela vida que eu vivia não era uma vida, sabe, como ser humano, porque não é uma vida pra uma mulher. Eu tinha minha beleza antes, perdi tudo, sabe, na pinga, no álcool, na pedra.*

Os entorpecentes passam a ser percebidos como um problema em suas vidas apenas a partir do momento em que estão sob regime de privação de liberdade. Situação em que o acesso às substâncias é dificultado e em que um novo tipo de ordem é instalado sob os seus corpos, o do regime disciplinar das cadeias. Regime que as vigia e pune, caso as ordens sejam descumpridas. As drogas não eram apenas a única constante em suas trajetórias nas ruas, a violência também era uma prática recorrente, temática que abordo na próxima seção.

### **4.3 Violência**

Esta seção tem o intuito de trazer uma discussão sobre as práticas de violência que as mulheres sofreram, quando viviam nas ruas, tanto por parte do povo da rua, quanto por parte da polícia. Das seis entrevistadas, apenas uma citou não ter sofrido nenhum tipo de agressão.

A violência praticada contra os corpos das mulheres com trajetórias de rua pode ser pensada como uma agressão contra um indivíduo que não é reconhecido como uma vida. Não ser reconhecido como vida é estar fora de um marco que delimita condições de inteligibilidade, ou seja, que seleciona quais existências podem ser reconhecidas e quais não, de acordo com os mecanismos de poder. Não ser reconhecido como uma vida é também estar mais vulnerável a ser exterminado, principalmente quando sua trajetória oferece perigo para as vivências que importam.

Os corpos fora dos marcos de reconhecimento “são vidas que não cabem nenhum duelo porque já estavam perdidas para sempre ou porque nunca foram vidas, e devem ser eliminadas desde o momento em que parecem viver neste estado moribundo” (BUTLER, 2006, p. 60, tradução nossa). A violência contra as vidas que não foram reconhecidas como tais pode então ser legítima pelo fato dessas existências não serem de fato vidas.

A violência sexual praticada por homens foi uma fala presente nas narrativas. O corpo da mulher que vive na rua pode se colocar como um corpo que pode ser violado. O não reconhecimento de suas vidas as coloca como seres que podem ser agredidos, abusados, exterminados, pois ali não existe de fato uma vida digna de luto, apenas uma

apreensão de sua existência física, da sua materialidade. As falas abaixo trazem como exemplo as violências que sofreram nas ruas:

*Já fui estuprada fazendo programa, duas vezes.*

*Eu morava lá debaixo da ponte do X (local que não será identificado), ai, tentaram abusar de mim grávida já umas vezes lá debaixo da ponte, só que graças a Deus nunca conseguiram não. Foram outros abusos que tentaram, só que sempre Deus me livrou...*

As mulheres que entrevistei também citaram terem sido vítimas de diversas práticas de violência por parte de policiais. Ações estas que envolviam agressões morais, psicológicas e físicas. Como cita uma das entrevistadas: “Outra vez, eles levaram a gente, bateram bastante, e depois largaram a gente por lá mesmo, ai apontaram a máquina (arma) pra gente e mandou a gente correr, sem olhar pra traz”.

A violência policial também entra como uma forma de tirar os corpos das pessoas que habitam as ruas da frente dos olhos das vidas que estão dentro dos marcos. Como é possível perceber na fala a seguir: “Já apanhei muito da polícia, por causa de roubo, por causa de dormir lá atrás de um Banco, eles pegam e nos chutam, mandam a gente sair de lá.”

A polícia age dentro de uma política de higienização, como uma forma de limpar a cidade dos seres que fogem dos marcos do que é inteligível. Ela exerce a proteção de maneira diferenciada entre os corpos, extermina alguns, para proteger outros:

Certas vidas estão altamente protegidas e o atentado contra a sua santidade basta para mobilizar as forças da guerra. Outras vidas não gozam de um apoio imediato e furioso, e não se qualificam, inclusive, como vidas que ‘valham a pena’ (BUTLER, 2006, p. 58, tradução nossa).

## **Capítulo 5. A Experiência do Cárcere**

O capítulo tem o intuito de realizar uma discussão sobre as experiências das mulheres com trajetórias de rua no cárcere. Abordo temáticas como a entrada na instituição e o processo de adaptação da mulher a sua nova rotina. A segunda seção do capítulo é destinada a compreender o significado do cárcere na existência das entrevistadas. Na última seção, realizo uma discussão sobre as visitas e sobre o que significa as trocas de objetos, vindos do mundo externo, no cárcere.

### **5.1 A entrada na instituição**

O processo de mortificação do eu (GOFFMAN: 1974) ocorre no momento da entrada da presa na instituição totalitária. O intuito é o de que a interna modifique sua personalidade anterior, para que adentre na nova disciplina na qual é inscrita. Esses processos incluem: a privação da liberdade individual e de privacidade; a falta de contatos com o mundo externo e com os pertences; a uniformização das roupas, a vigilância em relação aos horários e uma série de outras práticas que padronizam comportamentos, cujo intuito é fazer com que ocorra a perda da individualidade. Como cita uma entrevistada sobre a aderência a esse novo cotidiano: “Mexo muito com o psicológico da gente, tudo tem horário, tudo tem isso, então se você se atrasar, é castigo. É muita pressão”.

A punição coletiva é também algo que ocorre no presídio devido à perda da individualidade. Se uma custodiada fez algo que não condiz com a norma e não assumiu a culpa, todas da cela serão punidas, como uma forma também de exercer o controle das internas. Como cita a entrevistada sobre estar presa: “É você ter que ser humilhado e sair calado, e você ter que comer uma comida ruim, mas a pior, a pior coisa que eu acho é que nós estamos em 30 numa cela, acontece um fato, todas pagam”.

O presídio também é uma forma de modificar o pensamento das pessoas que foram presas. Através das vivências construídas dentro da instituição, as mulheres acham uma lógica para o motivo de estarem ali. Acreditam que precisavam passar pelo cárcere, para perceberem o valor da vida ou para perceberem que o comportamento que tinham não era condizente com o modo pelo qual deveriam viver. A prisão institui, além

de regras, comportamentos que moldam a forma pela qual elas pretendem levar suas trajetórias, quando conseguirem a liberdade, como é possível verificar nas falas abaixo:

*Aqui é bom para as pessoas enxergarem a realidade e mudar de vida. É pensar nos objetivos, pensar realmente se quer continuar no crime ou sair. Eu já tomei a minha decisão, aqui eu não volto mais, para o mundo do crime eu não volto. Não pretendo usar mais droga, não pretendo roubar, não pretendo fazer mais nada de errado, porque eu achava que eu só vivia com a droga, aí agora que eu fui presa eu enxerguei a realidade.*

*O que mudou foi que eu parei pra pensar mais na minha vida, que a vida do crime não tem futuro, que eu engordei, fiquei mais bonita, entendeu?*

Estar presa é não mais fazer parte do povo da rua, desses seres invisíveis e incontáveis que vivem no espaço público. É sair de um ambiente em que, apesar de existirem restrições relativas ao espaço, como a expulsão de pessoas que moram nas ruas de determinados locais, existe certa liberdade de ir e vir. Existe na rua também um menor controle sobre as suas vidas, não existe rotina delimitada por horários, as drogas são acessíveis e o regime de trabalho é flexível.

## **5.2 Clínica de reabilitação**

As participantes da pesquisa passam a ter o acesso a serviços básicos de subsistência quando são presas. O presídio, mesmo com toda a sua estrutura de restrições, como a vigilância constante, a punição e a falta de liberdade, se torna um lugar em que é possível se ter o acesso a serviços, como assistência médica, alimentação e moradia.

A vida dessas mulheres era tão precária que é no presídio que elas passam a ter acesso a condições para se ter uma vida vivível, como cita uma das entrevistadas: “Independente, tem água, tem comida, tem roupa, tem tudo, tudo que você precisa aqui tem, tem remédio, tem tudo”. O cárcere, além de ser visto como uma instituição que oferece condições básicas para o exercício de uma vida, é também percebido como um local que trouxe benefícios para suas próprias existências, principalmente no que diz

respeito às drogas. Foi recorrente nas falas a abstinência do uso de drogas na prisão e os benefícios que não usar mais essas substâncias trouxe as suas vidas:

*Eu acho que foi até melhor eu ter vindo, se eu num viesse eu acho que eu ia morrer, porque eu estava fumando muita droga, dia e noite, dia e noite. Tudo no crack. E eu acho que eu cheguei aqui praticamente morta né, porque eu estava muito magra.*

*Tipo uma casa de recuperação (a cadeia), porque na rua nós estamos nas drogas, aqui a gente não faz nada disso (...) Eu engordei, me acho mais bonita do que usando droga, eu estou andando limpa, me alimento bem*

A prisão funciona como, nas palavras de uma entrevistada, uma clínica de reabilitação. No presídio acesso às drogas é mais restrito do que nas ruas, devido à vigilância a que são submetidas e também ao fato de não possuírem meios para comprar tal substância, caso quisessem, visto que, das seis entrevistadas apenas uma citou receber visitas.

A Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), de acordo com as entrevistadas, possui problemas relacionados à sua estrutura, como a superlotação de celas, falta de corpo médico maior para atender as internas, falta de variedade em termos de alimentação e de produtos relacionados à higiene pessoal. Apesar de todas as críticas, a qualidade de vida dentro das grades, de acordo com a maioria das entrevistadas, era melhor do que a que possuíam nas ruas. No presídio é que conseguiram ter acesso a serviços que deveriam ser de todos os indivíduos, como moradia, segurança, saúde e alimentação.

Essas respostas, apesar de fazerem sentido frente às vulnerabilidades que as existências das entrevistadas estiveram expostas, devem ser problematizadas. Problematizar as palavras das participantes não significa desconfiar sobre a veracidade das informações, mas é uma forma de entender o próprio espaço que elas vivenciam. As falas que dizem respeito ao aspecto positivo da prisão podem ser pensadas como um artifício utilizado pelas internas para corresponder a uma expectativa de um dos propósitos da instituição, o de modificar o comportamento do indivíduo.

As participantes da pesquisa também conseguiram, quando foram presas, tirar documento de identidade, pois, para conseguir sair da prisão e ter-se acesso a demais benefícios no presídio, é necessário que sejam identificadas. A mulher que não possui a documentação também não poderá sair de trás das grades, pois a partir do momento em

que se torna parte de uma população, precisa conseguir ser vigiada, mesmo quando não estiver mais presa.

### 5.3 Visitas

O dia de visita é um dos únicos momentos na rotina da presa em que ela consegue ter algum contato com pessoas fora das redes impostas pelo presídio. Através desse contato, recebem as notícias de fora, estreitam os laços e matam a saudade dos que estão do outro lado dos muros. As participantes desta pesquisa não possuem mais contato com a família. Não receber visitas foi sentido de maneira semelhante pelas entrevistadas, sendo a principal queixa a de não receber visitantes que poderiam trazer produtos para as trocas que ocorrem na prisão.

As relações de troca são uma prática constante no presídio e ocorrem principalmente com o dinheiro e demais produtos adquiridos através das visitas que as presas recebem ou através do trabalho que realizam, como cita Mirella Brito, tendo como base a sua experiência etnográfica no presídio feminino de Florianópolis:

Todos os produtos trazidos pelos visitantes são entregues às presas, salvo aqueles que estão fora das regras. Além do que recebem, adquirem produtos com o dinheiro que a família traz ou que recebem pelos trabalhos no presídio. Eles podem, por sua vez, ser usados como moeda de troca em transações comerciais entre elas, ou servir para agradar uma companheira. (BRITO, 2007, p. 130)

O fato de não receberem visitas torna difícil a participação das entrevistadas nas relações de troca, pois elas não possuem uma rede de apoio fora das grades, rede que poderia mandar desde alimentos até cigarros e dinheiro. O modo como adquirem os produtos é então, através do uso da própria força de trabalho, que também é uma moeda de troca:

*Trabalha pra você ter suas coisas, pra não ficar dependendo das outras internas, você faz alguma coisa útil, trabalha, lava uma roupa, limpa uma cela, lava um banheiro, pra poder comprar um biscoito, um cigarro, as suas coisas.*

A falta de visitas possui igualmente um significado em termos materiais para as entrevistadas. O fato de não terem visitas não se traduz nas falas como uma solidão, por não terem alguém do mundo externo para se comunicarem ou manterem algum tipo de

contato. A solidão é sentida através do não recebimento de objetos que poderiam ser trazidos pelos visitantes e que poderiam auxiliar no cumprimento da pena.

Os objetos que circulam entre presas e visitantes marcam afetos. A visita vai até o presídio, passa por um sistema de revista, para se verificar se ela não carrega em si nenhum pertence que não é permitido no cárcere. O visitante passa por uma série de obstáculos, desde a questão da revista até o próprio deslocamento para os presídios, que muitas vezes se localizam distantes dos grandes centros urbanos. A PFDF é um bom exemplo de instituição cujo acesso é dificultado, pois são poucas as linhas de transporte coletivo que chegam até o local.

O simples fato de uma pessoa ir visitar outra na PFDF já denota um tom simbólico de que aquela vida, que esta atrás das grades, de fato importa para alguém. Sua ausência é sentida e por isso precisa ocorrer a visita, para se suprir falta. As visitas também podem ser analisadas como um senso de dever por parte das relações que estão do lado de fora, como uma obrigação de quem esta do lado de fora. Os objetos que são levados também possuem uma força simbólica, pois reforçam a lógica da mercadoria na sociedade. Levar um objeto do mundo externo para a presa pode ser pensada como uma forma de manter as relações através de um presente que qualifica certo status para a presa.

Receber apoio e a ajuda da família se mostra como um importante mecanismo para se suportar o tempo da pena. Ter alguém, no mundo externo, também é uma forma de se sentir uma vida cuja importância da perda poderia aparecer. Não manter mais nenhum tipo de contato com as pessoas que estão fora das grades é depender apenas do que a instituição pode oferecer, como cita uma das entrevistadas:

*É complicado, porque você precisa de um creme de cabelo, que aqui tem os kits, mas o kit é uma vez no mês, né, vem dois pacotes de absorvente que mal gruda, né, um absorvente tão velho que é, e vem dois sabonete, uma barra de sabão, sabão em pó e dois papéis higiênicos, então não dá pra puxar a cadeia toda<sup>7</sup>. Com o tempo você vai enjoando da chepa (comida), que é sempre a mesma coisa, é o mesmo cardápio, ela não muda e vem o café da manhã que é um pão e um leite ou um pão e um copo de leite, aí você precisa de uma roupa, você precisa de uma calcinha. É ruim você ver os outros comendo um biscoito, tomando uma coca, comendo aquilo e você não poder ter, mas você tem que se contentar com aquilo.*

---

<sup>7</sup> “Puxar cadeia” é o termo utilizado para se referir ao tempo, determinado por sentença judicial, que a mulher deverá permanecer no cárcere.



A saída encontrada pelas mulheres que não recebem visita é a de propor serviços em troca de objetos de que necessitam, ou contentar-se com o que a própria instituição oferece, sem ter o direito de reclamar. O dia de visita para as participantes desta pesquisa ocorre como um dia normal, em que executam suas próprias atividades ou algum tipo de trabalho, para obterem algo que desejam. O dia passa assim como os outros do calendário, permeado pela espera de quem conta os anos, dias e meses para o fim da pena.

## **Considerações Finais**

Com esta monografia, tive intuito de contar as biografias das mulheres entrevistadas. As participantes da pesquisa fizeram parte do que nomeio como o povo da rua. Elas tiveram suas existências expostas a vulnerabilidades e marcadas por um longo período de vivência nas ruas. Não eram contadas pelos mecanismos que o Estado utiliza para governar e consequentemente não conseguiam o acesso a serviços básicos de subsistência.

É a partir do momento em que são presas que passam a ser contadas. Elas agora conseguem ser contabilizadas e entram para as estatísticas. A prisão é um espaço marcado por violações de direitos humanos e por uma constante vigilância, e é nesse ambiente que as mulheres entrevistadas se tornam população. É no presídio que também conseguem o acesso a serviços básicos que não tinham quando transitavam nas ruas, como moradia, documentação e alimentação. Suas trajetórias de vida, quando viviam nas ruas, eram tão precárias que o presídio funciona como uma “clínica de reabilitação”.

Apesar de suas existências terem sido contabilizadas e de agora serem controladas, seus corpos são não reconhecidos como vidas. Seus corpos agora possuem condições mais favoráveis para existirem, mas ainda não são as vidas dignas de luto. Para uma vida ser digna de luto a importância da sua perda precisa ser sentida. A vida das entrevistas não importa para o Estado e, apesar de agora elas serem captadas pelos mecanismos de poder, suas existências ainda não são enlutáveis. Elas saem da categoria de povo da rua e fazem parte agora da população carcerária, grupo que enfrenta diversas dificuldades relativas à falta de estrutura dos presídios brasileiros.

A precariedade da vida é agravada em relação às trajetórias das mulheres migrantes que não possuem documentos. Elas enfrentam desafios ainda maiores em relação às demais entrevistadas, pois estão presas em um estado distante do que nasceram e não possuem mais contato com a família, instituição que denota um status de reconhecimento sobre aquela existência. Elas enfrentam maiores dificuldades em serem inseridas e controladas por um Estado com políticas sociais familistas, que passa para a família a responsabilidade pelo cuidado e pela reinserção da presa na sociedade.

Também enfrentam maiores dificuldades para tirar o documento de identidade, pois para conseguir tal documentação, é necessário apresentar ou a certidão de nascimento ou a de casamento. O documento de identidade também demonstra a importância da filiação na cultura do país. Por exemplo, no registro geral (RG) o “nome dos pais é anotado, provendo informações sobre os laços de família” (DAMATTA, 2002, p. 47). As mulheres que não nasceram no Distrito Federal, por terem seus registros em cartórios distantes e por não terem um contato que pudesse enviar a certidão de nascimento, enfrentam maiores dificuldades em serem inseridas neste sistema de controle.

Com este trabalho, pretendi demonstrar que é o Estado o principal detentor sobre o reconhecimento de vidas, pois seus mecanismos de poder atuam na construção dos afetos sobre determinadas existências (BUTLER: 2010). O Estado também atua na manutenção da vida humana, mas apenas das vidas que podem ser contabilizadas e com isso reconhecidas. As existências incontáveis, que estão à margem dos números, também ficam às margens da sociedade.

O intuito da monografia, além de dar visibilidades às biografias, foi o de trazer visibilidade para o estudo de presídios e de pessoas com trajetórias de rua dentro da Antropologia. Os estudos sobre as duas temáticas citadas são ainda bastante escassos no Brasil. Na busca bibliográfica que realizei não consegui localizar nenhuma pesquisa sobre pessoas que viveram nas ruas e que foram presas.

O campo de estudo tanto sobre a rua quanto sobre o cárcere é bastante complexo e de extrema importância para as vidas que se encontram nesses espaços. Ampliar o horizonte de trabalhos sobre esses assuntos é uma tentativa também de ampliar os limites dos marcos que estabelecem quais vidas importam, para que outras vidas sejam incluídas dentre as existências que podem ser reconhecidas.

## Referências Bibliográficas

BRASIL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Política Nacional para a População em Situação de Rua*. Decreto Federal n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Brasília, 2009.

BRITO, Mirella Alves de. O Caldo na panela de pressão: Um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis. 2007. 151f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Florianópolis, Florianópolis, 2007

BUTLER, Judith. *Marcos de guerra. Las vidas lloradas*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

\_\_\_\_\_. Vida precária: El poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006. 192p.

CARLEN, Pat. A reclusão de mulheres e a indústria de reintegração. *Análise Social*. Lisboa, n. 185, p. 1000- 1019, 2007

DAMATTA, Roberto. A mão visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos. *Anuário Antropológico*. Brasília, n. 99, p. 37-64, 2002

DINIZ, Debora. *A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011*. Brasília: Letras Livres, 2013. 400p.

\_\_\_\_\_. A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil. In Soraya Fleischer; Patrice Schuch (Org.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres e Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 183 – 192.

\_\_\_\_\_. Ética na pesquisa em ciências humanas – novos desafios. *Ciências e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 417 – 426, 2008

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In Marcel Bursztyrn (Org.) *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 139- 171.

FERREIRA, Frederico Martins Poley; MACHADO, Sulamita Crespo Carrilho. Vidas Privadas em Espaços Públicos: os moradores de rua em Belo Horizonte. *Serviço Social e Sociedade*. n.90, p. 102 – 121, 2007

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 285- 315

\_\_\_\_\_. Segurança, Território e População. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 572p.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2004. 262p.

FLEISHER, Soraya. Atenção básica de saúde, cronicidade e Ceilândia: o que tudo isso tem a ver com o ensino da Antropologia? *Percursos*. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 23-39, 2012.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. 2004. 361f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

\_\_\_\_\_. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, n.13, p. 199 – 228, 2005

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009. 198p.

GIORGETTI, Camila. *Moradores de rua: Uma questão social?* São Paulo: Fapesp, Educ, 2006. 288p.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva S.A, 1974. 316p.

\_\_\_\_\_. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Oriental*. São Paulo: Abril Cultura: 1984

MATTOS, Ricardo & FERREIRA, Ricardo. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre, v.16, n.2, p. 47 – 58, 2004

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Sumário Executivo sobre População em Situação de Rua. MDS: Brasília, 2008.

PEIRANO, Mariza. De que serve um documento? In Moacir Palmeira; César Barreira (Org.). *Política no Brasil: visão de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

\_\_\_\_\_. Sem lenço, sem documento. Reflexões sobre cidadania no Brasil. *Sociedade e Estado*. Brasília: EDUnB, n. 1, v.1, p. 49-63, 1986.

PEIRANO, Mariza. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 15, n. 32, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832009000200003&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200003&lng=en&nrm=isso) . Acesso em julho 2013

ROLIM, Marcos. Prisão e Ideologia: Limites e possibilidades para a reforma prisional no Brasil. In: Crime and Punishment under the Lula administration: CHALLENGES FOR A GOVERNMENT OF THE LEFT, 2003, Oxford, Working Paper...Oxford. p. 1-35

SCHUCH, Patrice & GEHLEN, Ivaldo. A “situação de rua” para além de determinismos: Explorações conceituais. *A Rua em movimento: debates acerca da*

*população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática, 2012. 126p.

SCHUCH, Patrice. A vida social ativa da ética na Antropologia. *BIB*. São Paulo, n. 71, p. 5- 24, 2011

SEGATO, Rita Laura. El color de la carcel em la America Latina. Apuntes sobre la colonidad de la justicia en un continente em desconstrucción. *Revista Nueva Sociedad*. Buenos Aires, n. 28, 2007, p. 142 – 161. Disponível em: <http://www.nuso.org/revista.php?n=208>. Acesso em junho de 2013.

WACQUANT, Loic. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 168p.

## **Anexos**

### **Anexo 1 – Roteiro de entrevista: Nascidas no Distrito Federal**

#### **Apresentação da pesquisa.**

“Meu nome é Helena, sou estudante da Universidade de Brasília e estou aqui para termos uma conversa. Meu tema de pesquisa é sobre mulheres que viveram nas ruas em algum momento da vida antes da prisão.

Vou precisar gravar nossa conversa para que não me perca durante a entrevista e ela será transcrita, ou seja, vou digitar o diálogo que vamos ter. Quero deixar claro que apenas eu e a minha orientadora teremos acesso às suas respostas e qualquer dado que possa te identificar não será transcrito. Assumo com você o compromisso de preservar a sua identidade. Ninguém do presídio terá acesso a nossa conversa.

Você aceita participar da pesquisa? Posso gravar?”

#### **Rua**

- Onde você nasceu?
- Você tem quantos anos?
- Quando começou a morar na rua?
- Quantos anos tinha?
- Você morava com quem?
- Como era a sua relação com eles?
- Qual o motivo que te levou a morar nas ruas?
- Quanto tempo ficou morando na rua?
- Estava morando na rua antes de ser presa?
- Com quem morava nas ruas?
- Como era viver no espaço da rua? Me conte como era seu dia a dia na rua. Desde a hora que acordava até o fim do dia.
- O que fazia para sobreviver nas ruas?
- Já sofreu algum tipo de violência? Por quem? (direcionar a pergunta para verificar se já sofreu algum tipo de violência ou agressão por parte da polícia e de outros homens)

## **Documentação**

- Você possui algum documento? **SE RESPONDER SIM, PULAR ESSE BLOCO.**
- Já teve alguma documentação?
- O que aconteceu com eles?
- Já passou por alguma situação em que a falta de documentos lhe causou alguma dificuldade? Poderia me exemplificar?
- Como foi o processo de entrada aqui no presídio devido ao fato de você não ter documentos? Poderia me contar sobre isso?

## **Prisão**

- Desde quando você esta presa?
- Você recebe visitas?
- E como que é isso pra você?
- Já recebeu visitas? Quem?
- Sua família sabe que você esta presa?
- Você tinha contato com eles antes de ser presa?
- Você pensa em retomar os laços com a sua família quando sair daqui?
- Qual a maior diferença que você sentiu em relação ao espaço da rua e a prisão?
- Quais as maiores dificuldades que você sentiu quando entrou aqui na prisão? Poderia me exemplificar? Como era na rua?
- O que mudou na sua vida quando foi presa?
- Você sente diferenças entre quem você é hoje e quem você era antes?



## **Anexo 2 – Roteiro de entrevista: Migrantes**

### **Apresentação da pesquisa.**

“Meu nome é Helena, sou estudante da Universidade de Brasília e estou aqui para termos uma conversa. Meu tema de pesquisa é sobre mulheres que viveram nas ruas em algum momento da vida antes da prisão.

Vou precisar gravar nossa conversa para que não me perca durante a entrevista e ela será transcrita, ou seja, vou digitar o diálogo que vamos ter. Quero deixar claro que apenas eu e a minha orientadora teremos acesso às suas respostas e qualquer dado que possa te identificar não será transcrito. Assumo com você o compromisso de preservar a sua identidade. Ninguém do presídio terá acesso a nossa conversa.

Você aceita participar da pesquisa? Posso gravar?”

### **Rua**

- Onde você nasceu?
- Você tem quantos anos?
- Você morava com quem?
- Como era a sua relação com eles?
- Com quantos anos saiu da sua cidade?
- Por que saiu do estado de origem?
- Quando chegou em Brasília?
- Como foi sua vinda pra Brasília?
- Por que Brasília?
- Brasília foi a primeira opção?
- Com quem veio?
- Esta há quanto tempo aqui?
- Tem contato com as pessoas que moram lá na sua cidade?
- Quando começou a morar na rua? Quantos anos tinha?
- Qual o motivo que te levou a morar nas ruas?
- Morava na rua quando estava no seu estado?
- Quanto tempo ficou morando na rua?

- Estava morando na rua antes de ser presa?
- Com quem morava nas ruas?
- Como era viver no espaço da rua? Me conte como era seu dia a dia na rua. Desde a hora que acordava até o fim do dia.
- O que fazia para sobreviver nas ruas?
- Já sofreu algum tipo de violência? Por quem? (direcionar a pergunta para verificar se já sofreu algum tipo de violência ou agressão por parte da polícia e de outros homens)

### **Documentação**

Você possui algum documento? **SE RESPONDER SIM, PULAR ESSE BLOCO.**

Já teve alguma documentação?

O que aconteceu com eles?

Já passou por alguma situação em que a falta de documentos lhe causou alguma dificuldade? Poderia me exemplificar?

Como foi o processo de entrada aqui no presídio devido ao fato de você não ter documentos? Poderia me contar sobre isso?

### **Presídio**

- Desde quando você está presa?
- Você recebe visitas?
- E como que é isso pra você?
- Já recebeu visitas? Quem?
- Sua família sabe que você está presa?
- Você tinha contato com eles antes de ser presa?
- Você pensa em retomar os laços com a sua família quando sair daqui?
- Qual a maior diferença que você sentiu em relação ao espaço da rua e a prisão?
- Quais as maiores dificuldades que você sentiu quando entrou aqui na prisão? Poderia exemplificar? Como era na rua?
- O que mudou na sua vida quando foi presa?

- Você sente diferenças entre quem você é hoje e quem você era antes?

## Anexo 3 – Questionário da pesquisa “Crime de Mulheres no Distrito Federal: um estudo longitudinal no Presídio Feminino”



### Questionário de Pesquisa - Censo Presídio Feminino de Brasília



<b>A. Identificação</b>		
1. nº do Prontuário (não preencher) <input type="text"/>		
2. Pesquisadora responsável:		3. Data da aplicação:
<b>B. Dados Pessoais</b>		
4. Nome completo da interna:		
5. Data de nascimento:		6. Nome da Mãe:
7. Nacionalidade:		8. Naturalidade UF: Cidade:
9. Endereço:		
UF: Cidade:		
10. Telefone de Contato:		
11. Raça/Etnia		13. Religião
1 - ( ) Branca 2 - ( ) Negra 3 - ( ) Amarela 4 - ( ) Parda 5 - ( ) Indígena 6 - ( ) Outra		
12. Situação Conjugal/Afetiva		15. Possui deficiência?
1 - ( ) Solteira/Sozinha 2 - ( ) Solteira/Namorando 3 - ( ) Casada		1 - ( ) Nenhuma 4 - ( ) Visual
4 - ( ) União estável 5 - ( ) Mora junto 6 - ( ) Separada		2 - ( ) Motora 5 - ( ) Cognitiva
7 - ( ) Divorciada 8 - ( ) Viúva 9 - ( ) Outra		3 - ( ) Auditiva 6 - ( ) Múltipla
14. Documentos (marque os que você possui) 1 - ( ) RG 2 - ( ) Certidão de nascimento 3 - ( ) Título de eleitor		
4 - ( ) CPF 5 - ( ) Carteira de trabalho 6 - ( ) Passaporte 7 - ( ) Carteira de motorista 8 - ( ) Nenhum		
16. Doenças		17. Medicamento de uso contínuo?
1 - ( ) Nenhuma 2 - ( ) Diabetes		1 - ( ) Nenhuma 2 - ( ) Diabetes
3 - ( ) Câncer 4 - ( ) Depressão 5 - ( ) Hipertensão		3 - ( ) Câncer 4 - ( ) Depressão 5 - ( ) Hipertensão
6 - ( ) HIV 7 - ( ) Outra:		6 - ( ) HIV 7 - ( ) Outra:
18. Já Sofreu algum tipo de violência doméstica?		19. Faz acompanhamento psiquiátrico no presídio?
1 - ( ) Sim 2 - ( ) Não		1 - ( ) Sim 2 - ( ) Não
20.1. Tempo que morou na rua?		20. Já morou na rua alguma vez?
21. Você se relaciona/se relacionou com mulheres aqui no presídio?		1 - ( ) Sim 2 - ( ) Não
1 - ( ) Sim 2 - ( ) Não		22. Antes de entrar no presídio você preferia se relacionava com?
23. Você recebe visita íntima?		1 - ( ) Homem 2 - ( ) Mulher 3 - ( ) Ambos
1 - ( ) Sim, de homem 2 - ( ) Sim, de mulher 3 - ( ) Não		24. Seu companheiro(a)/Namorado (a) já foi preso alguma vez?
25. Seu companheiro(a)/Namorado (a) está preso atualmente?		1 - ( ) Sim 2 - ( ) Não 3 - ( ) Não tenho companheiro
1 - ( ) Sim 2 - ( ) Não 3 - ( ) Não tenho companheiro		26. Você já foi presa quando era adolescente (até de 18 anos)?
28. Existe mais algum membro da família preso?		1 - ( ) Sim 2 - ( ) Não
1 - ( ) Mãe/Madrasta 5 - ( ) Avó/Avô 9 - ( ) Primos (as)		29. Recebe visita?
2 - ( ) Pai/Padrasto 6 - ( ) Companheiro (a) 10 - ( ) Tios (as)		1 - ( ) Mãe/Madrasta 5 - ( ) Avó/Avô 9 - ( ) Primos (as)
3 - ( ) Irmão 7 - ( ) Filhos (as) 11 - ( ) Amigos (as)		2 - ( ) Pai/Padrasto 6 - ( ) Companheiro (a) 10 - ( ) Tios (as)
4 - ( ) Irmã 8 - ( ) Namorado (a) 12 - ( ) Não		3 - ( ) Irmão 7 - ( ) Filhos (as) 11 - ( ) Amigos (as)
30. Antes de entrar no presídio você tinha estudado até que série/Ano?		4 - ( ) Irmã 8 - ( ) Namorado (a) 12 - ( ) Não
31. Nível 1 - ( ) Não alfabetizada 2 - ( ) Alfabetizada		
3 - ( ) Fundamental ou 1º Grau 4 - ( ) Superior ou 3º Grau		
5 - ( ) Médio ou 2º Grau 6 - ( ) Pós Graduação		
32. Estuda no presídio?		33. Em que ano/série?
1 - ( ) Sim 2 - ( ) Não		34. Nível 1 - ( ) Não alfabetizada 2 - ( ) Alfabetizada
		3 - ( ) Fundamental ou 1º Grau 4 - ( ) Superior ou 3º Grau
		5 - ( ) Médio ou 2º Grau 6 - ( ) Pós Graduação
35. Trabalhou com carteira assinada, era servidor público ou contribuiu para o INSS nos últimos 12 meses antes da reclusão?		
1 - ( ) Sim 2 - ( ) Não		



# Questionário de Pesquisa - Censo Presídio Feminino de Brasília



## C. Dados Socioeconômicos

37. Nos 12 meses (1 ano) antes da reclusão qual era o principal tipo de atividade?		
1 - ( ) Sem emprego	7 - ( ) Empresária/ Dona ou sócia de empresa	
2 - ( ) Trabalhadora doméstica SEM carteira assinada	8 - ( ) Aprendiz ou estagiária COM Remuneração	
3 - ( ) Trabalhadora doméstica COM carteira assinada	9 - ( ) Aposentada	
4 - ( ) Por conta própria (autônoma)	10 - ( ) Dona de Casa	
5 - ( ) Emprego SEM carteira assinada	11 - ( ) Trabalhadora Rural	
6 - ( ) Emprego COM carteira assinada	12 - ( ) Trabalhadora na produção para o próprio consumo	
36. Ganhava Quanto nessa atividade? ( ) Não trabalhava		
1 - ( ) Até Meio Salário Mínimo - R\$ 1,00 até R\$ 311,00	4 - ( ) Mais de 2 até 3 Salários Mínimos - R\$ 1.245,00 até 1.866,00	
2 - ( ) De meio até 1 Salário Mínimo - R\$ 312,00 até R\$ 622,00	6 - ( ) Mais de 4 até 5 Salários Mínimos - R\$ 2.488,00 até 3.110,00	
3 - ( ) Mais de 1 até 2 Salários Mínimos - R\$ 623,00 até R\$ 1.244,00	7 - ( ) Mais de 3 até 4 Salários Mínimos - R\$ 1.867,00 até 2.488,00	
38. Trabalha fora do presídio - Semiaberto?		
1. ( ) Sim	2. ( ) Não	
38.1. Se sim, Em que trabalha?		39. Trabalha no presídio?
1. ( ) Sim		2. ( ) Não
40. Participa/ participou de oficinas de capacitação profissional dentro do presídio?		
1. ( ) Sim		
41. Sua família te ajuda dentro do presídio? (Roupas, comida, remédios)		
1. ( ) Sim		
2. ( ) Não		
42. Recebe auxílio reclusão?		
1. ( ) Sim		
2. ( ) Não		
43. Recebe Aposentadoria?		
1. ( ) Sim		
2. ( ) Não		
44. Recebe BPC (Benefício de Prestação Continuada)?		
1. ( ) Sim		
2. ( ) Não		
45. Recebe pensão do INSS?		
1. ( ) Sim		
2. ( ) Não		
46. Recebe outros benefícios do INSS?		
1. ( ) Sim		
2. ( ) Não		
47. Se sim qual?		
1. ( ) Sim		
2. ( ) Não		
48. Quantos Filhos você tem?		
49. Quantos filhos são menores de 7 anos?		
50. Está Grávida?		
1. ( ) Sim		
2. ( ) Não		
3. ( ) Não Sei		
51. Teve algum filho depois de entrar no presídio?		
1 - ( ) Sim, ainda está comigo		
2 - ( ) Sim, não está comigo		
3 - ( ) Não		
52. Quem é o responsável pelo cuidado de(s) sua(s) criança(s) fora do presídio?		
1 - ( ) Avó materna (Sua mãe)		
2 - ( ) Sua Família (outros sem ser a sua mãe)		
3 - ( ) Pai da criança		
4 - ( ) Família do pai da criança		
5 - ( ) Outros (sem vínculo Familiar)		
6 - ( ) Abrigo		
7 - ( ) Adoção (por desconhecidos)		
8 - ( ) Não sei		
9. ( ) Ninguém		
10. ( ) Meus filhos são maiores de idade		
11. ( ) Não tenho filhos		
53. Onde sua família mora (cidade)?		
1 - ( ) Própria de algum dos moradores - Já Pago		
2 - ( ) Própria de algum dos moradores - Pagando		
3 - ( ) Alugada		
4 - ( ) Cedida/ Empréstada		
54. Antes de ser presa você morava com quem?		
1 - ( ) Sua mãe, pai, irmãos		
2 - ( ) Com os filhos		
3 - ( ) Avós, tios, primos		
4 - ( ) Seu companheiro (a)/Namorado (a)		
5 - ( ) Seu companheiro e filhos		
6 - ( ) Amigas (os)		
7 - ( ) Sozinha		
55. A casa onde você mora é?		
1 - ( ) Sim		
2 - ( ) Não		
56. A família recebe benefícios/auxílios sociais?		
1 - ( ) Bolsa Família		
2 - ( ) Pão e Leite		
3 - ( ) PETI		
4 - ( ) Outro		
5 - ( ) Não		
57. Antes de ser presa seus filhos moravam com você?		
1. ( ) Sim		
2. ( ) Não		
58. Se não, com quem eles moravam?		
1 - ( ) Avó materna (Sua mãe)		
2 - ( ) Sua Família (outros sem ser a sua mãe)		
3 - ( ) Pai da criança		
4 - ( ) Família do pai da criança		
5 - ( ) Outros (sem vínculo Familiar)		
6 - ( ) Abrigo		
7 - ( ) Adoção (por desconhecidos)		
8 - ( ) Não sei		
9. ( ) Ninguém		
10. ( ) Não tenho filhos		
59. Qual é a renda da sua família? ( ) Não Sabe		
1 - ( ) Até Meio Salário Mínimo - R\$ 1,00 até R\$ 311,00		
2 - ( ) De meio até 1 Salário Mínimo - R\$ 312,00 até R\$ 622,00		
3 - ( ) Mais de 1 até 2 Salários Mínimos - R\$ 623,00 até R\$ 1.244,00		
4 - ( ) Mais de 2 até 3 Salários Mínimos - R\$ 1.245,00 até 1.866,00		
5 - ( ) Mais de 3 até 4 Salários Mínimos - R\$ 1.867,00 até 2.488,00		
6 - ( ) Mais de 4 até 5 Salários Mínimos - R\$ 2.488,00 até 3.110,00		
7 - ( ) Acima de 5 Salários Mínimos - R\$ 3.111,00 ou mais		
60. Você já se prostituiu?		
1. ( ) Sim		
2. ( ) Não		
61. Antes de entrar no presídio você usava:		
1. ( ) Fumo		
2. ( ) Álcool		
3. ( ) Maconha		
4. ( ) Cocaína		
5. ( ) Crack		
6. ( ) Nenhum		
7. ( ) Outros:		
62. Atualmente você usa:		
1. ( ) Fumo		
2. ( ) Álcool		
3. ( ) Maconha		
4. ( ) Cocaína		
5. ( ) Crack		
6. ( ) Nenhum		
7. ( ) Outros:		

